



RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 5/2014

Processo nº: 11.814/2014

Jurisdicionadas: Procuradoria-Geral do Distrito Federal e Defensoria Pública do Distrito Federal

Assunto: Auditoria de Regularidade

Montante em exame: R\$ 30.138.852,21

Ementa: Auditoria. PGDF. DPDF (Ceajur). PGA 2014. Regularidade dos pagamentos realizados a servidores ativos, inativos e pensionistas.

Legalidade com ressalvas.

Determinação à PGDF, à DPDF e à SEAP.

Recomendação ao Governador do DF.

Senhor Diretor,

Trata-se de Auditoria de Regularidade realizada na Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) e na Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF/Ceajur).

Para otimizar os trabalhos, no **Relatório nº 3 (Processo nº 1.084/2014)** foram analisados pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas, na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007, bem como as providências adotadas em razão de concessões de aposentadoria julgadas legais com correção posterior e ilegais; a eventual acumulação ilícita de cargos públicos na atividade pelos servidores das jurisdicionadas; a correta contagem ponderada do tempo insalubre.

Já o exame da regularidade de pagamentos de parcelas remuneratórias a servidores ativos, inativos e pensionistas estão sendo objeto do **Processo nº 11.784/2014 (Relatório nº 4)**, no que se refere à aplicação do teto constitucional, à VPNI da Lei nº 4.426/2009, ao Adicional de Substituição, ao "Realinhamento com o TCDF" e à Parcela 11,98%; e neste **Relatório nº 5**, quanto às demais parcelas.



AUDITORIA DE REGULARIDADE
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO
FEDERAL E DEFENSORIA PÚBLICA DO
DISTRITO FEDERAL

Relatório nº 5



SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	53
LISTA DE SIGLAS.....	54
RESUMO.....	56
1 INTRODUÇÃO.....	57
1.1 APRESENTAÇÃO.....	57
1.2 OBJETO DA AUDITORIA.....	57
1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	57
1.4 OBJETIVOS DA AUDITORIA.....	58
1.4.1 Objetivo Geral.....	58
1.4.2 Objetivos Específicos – Questões de Auditoria.....	58
1.5 ESCOPO OU ALCANCE DO EXAME.....	58
1.6 METODOLOGIA.....	59
1.7 CRITÉRIOS DE AUDITORIA.....	59
2 RESULTADO DA AUDITORIA.....	59
2.1 QUESTÃO DE AUDITORIA 05.....	60
2.1.1 Achados de Auditoria.....	60
2.1.1.1 Análises e Evidências.....	61
2.1.1.2 Causas e Efeitos.....	94
2.1.1.3 Proposições.....	94
3 CONCLUSÃO.....	100
4 PROPOSIÇÕES.....	101



LISTA DE SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade.
AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal.
AQ – Adicional de Qualificação (Lei nº 4.426/2009 e Decretos nºs 31.452/2010 e 32.211/2010).
ATS – Adicional por Tempo de Serviço.
Ceajur – Centro de Assistência Judiciária (atual DPDF).
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal.
CNJ – Conselho Nacional de Justiça.
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas.
CRFB (ou CF) – Constituição da República Federativa do Brasil.
DETRAN – Departamento de Trânsito do Distrito Federal.
DFA – Cargo em comissão da área de assessoramento.
DFG – Cargo em comissão da área gerencial.
DJ – Diário da Justiça.
DJE (ou DJe) – Diário da Justiça eletrônico.
DJU – Diário de Justiça da União.
DODF – Diário Oficial do Distrito Federal.
DPDF – Defensoria Pública do Distrito Federal.
e-TCDF – Sistemas de Protocolo e Acompanhamento Processual do TCDF.
FCDF – Fundação Cultural do Distrito Federal (extinta).
FSSDF – Fundação do Serviço Social do Distrito Federal (extinta).
GAAJ – Gratificação de Apoio às Atividades Jurídicas (Leis nºs 2.715/2001, 3.131/2003, 3.351/2004, 3.556/2004, 4.426/2009; extinta pela Lei nº 5.192/2013).
GAJ – Gratificação de Atividade Judiciária (Leis nºs 2.797/2001, 3.504/2004, 4.426/2009 e 5.190/2013).
GATA – Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa (Leis nºs 3.320/2004 e 5.008/2012; será extinta a partir de 01/09/2015).
GDAT – (Leis nºs 2.775/2001, 3.351/2004, 4.426/2009 e 4.470/2010; extinta pela Lei nº 5.190/2013).
GDF – Governo do Distrito Federal.
GHAJJ – Gratificação por Habilitação em Apoio às Atividades Jurídicas (Lei nº 5.192/2013).
GHPP – Gratificação por Habilitação em Políticas Públicas (Lei nº 5.190/2013).
GTIT – Gratificação de Titulação (Leis nºs 3.824/2006 e 4.426/2009 e Decretos nºs 31.452/2010 e 32.211/2010).
LC – Lei Complementar.
LODF – Lei Orgânica do Distrito Federal.
LPA – Licença-Prêmio por Assiduidade.
MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
NA – Nota de Auditoria.
PCAUPORT – Parcela Complementar criada pelas Leis nºs 5.190/2013 e 5.192/2013, devida aos antigos Agentes de Portaria (Lei nº 4.278/2008).
PGA – Plano Geral de Ação.
PGDF (ou PRG/DF) – Procuradoria-Geral do Distrito Federal.



QA – Questão de Auditoria.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais.

RE – Recurso Extraordinário.

RFB – Receita Federal do Brasil.

RI/TCDF – Regimento Interno do Tribunal de Contas do DF (Resolução nº 38/1990).

SEAP – Secretaria de Estado de Administração Pública do DF.

SEJUS – Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF.

SESDF – Secretaria de Estado de Saúde do DF.

SGA – Secretaria de Estado da Gestão Administrativa do DF (extinta).

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Governo Federal).

SICOP – Sistema Integrado de Controle de Processos (GDF).

SIGRH – Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos (GDF).

SIGRHWEB – Sistema que compartilha o banco de dados SIGRH com outra interface.

SIRAC – Sistema de Registro de Admissões e Concessões.

STF – Supremo Tribunal Federal.

TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal.

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

TJPE – Tribunal de Justiça de Pernambuco.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral.

VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada.



RESUMO

A presente auditoria teve como objeto a averiguação da Gestão de Pessoal, analisada sob a ótica da regularidade dos aspectos financeiros da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF e da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, ante os parâmetros definidos na legislação de regência. O objetivo geral foi emitir parecer conclusivo sobre a regularidade dos pagamentos de pessoal ativo, proventos de aposentadorias e estipêndios pensionais. A auditoria buscou, ainda, analisar e definir a melhor exegese da legislação vigente, no intuito de orientar a jurisdicionada na manutenção da folha de pagamento em conformidade com a lei e demais normativos envolvidos, dentro do contexto definido na fase de planejamento dos trabalhos, conforme desfecho do Plano de Auditoria, consignado no relatório de levantamento preliminar. Em relação às parcelas remuneratórias que foram objeto de verificações neste Relatório nº 5, que fazem parte da questão nº 5 do Relatório de Levantamento Preliminar de Auditoria, às fls. 6/11, constatou-se a regularidade, com ressalvas, dos pagamentos empreendidos a servidores ativos, inativos e pensionistas, em face de algumas incorreções detectadas, que deverão ser ajustadas pelas jurisdicionadas.



1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

A presente auditoria de regularidade consta do Plano Geral de Ação desta Corte para o exercício de 2014, cuja aprovação se deu mediante a Decisão Administrativa nº 63/2013, com ajustes aprovados pela Decisão Administrativa nº 10/2014, nos autos do Processo nº 35.964/2013, foi realizada no período de 17 de janeiro a 11 de abril do corrente ano.

1.2 Objeto da Auditoria

2. O objeto do presente trabalho consiste na verificação, sob os aspectos da legalidade e da regularidade, da folha de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas da PGDF e da DPDF, definidos no Relatório de Levantamento Preliminar de Auditoria, às fls. 6/11.

1.3 Contextualização

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que é equiparada, para todos os efeitos, às Secretarias de Estado, tem por finalidade exercer a advocacia pública, cabendo-lhe, ainda, prestar a orientação normativa e a supervisão técnica do sistema jurídico do Distrito Federal. Compete, também, ao órgão: representar o Distrito Federal judicial e extra-judicialmente; zelar pelo cumprimento, na Administração Pública Direta e Indireta, das normas jurídicas, das decisões judiciais e dos pareceres jurídicos da PRG/DF; orientar sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais e pedidos de extensão de julgados relacionados com a Administração Direta do Distrito Federal; efetuar a cobrança judicial da dívida do Distrito Federal; e promover a uniformização da jurisprudência administrativa e a compilação da legislação do Distrito Federal.¹

[A missão da Defensoria Pública do Distrito Federal é] prestar assistência jurídica integral, gratuita e de qualidade aos necessitados, em defesa da dignidade da pessoa humana, da cidadania plena e da inclusão social.²

3. Para desenvolver suas atividades, a PGDF e a DPDF contam com servidores integrantes das Carreiras Políticas Públicas e Gestão Governamental (antiga Carreira Administração Pública), Servidores da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (antiga Carreira Apoio às Atividades Jurídicas), de Apoio à Assistência Judiciária (primeiro concurso em andamento), Procurador do Distrito Federal, Assistência Judiciária do Distrito Federal (em extinção) e Defensor Público do Distrito Federal, além de servidores ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração.

¹ Disponível em: <<http://www.pg.df.gov.br/institucional/atributos.html>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

² Disponível em: <http://www.defensoria.df.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/carta_de_servicos_dp_df.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2014.



4. A intervenção do Controle Externo se faz presente na fiscalização da organização e da estrutura remuneratória dessas carreiras, tendo em vista as prerrogativas constitucionais do TCDF.

1.4 Objetivos da Auditoria

1.4.1 Objetivo Geral

5. A presente auditoria tem por objetivo geral analisar e avaliar a legalidade e a regularidade dos pagamentos efetuados, a título de vencimentos, proventos, estipêndios pensionais e demais vantagens ao pessoal ativo, aos inativos e pensionistas da PGDF e da DPDF, bem como examinar e definir a melhor exegese da legislação vigente, emitindo parecer conclusivo no intuito de orientar a jurisdicionada na gestão e manutenção da folha de pagamento e no fortalecimento de controles operacionais, em conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor, dentro do contexto definido na fase de planejamento.

1.4.2 Objetivos Específicos – Questões de Auditoria

6. Para atingir o objetivo geral da Auditoria, foram definidos cinco objetivos específicos, sendo que os quatro primeiros foram tratados no Processo nº 1.084/2014, enquanto o último está sendo abordado nestes autos e no Processo nº 11.784/2014.

7. O objetivo a ser tratado, em parte, nestes autos foi classificado e numerado na seguinte Questão de Auditoria (QA):

QA 5: Os pagamentos de parcelas remuneratórias a servidores ativos, inativos e pensionistas estão sendo realizados em conformidade com a legislação vigente?

1.5 Escopo ou Alcance do Exame

8. O escopo da Auditoria, quanto ao período em exame, compreende de forma preponderante o lapso temporal de 03 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2013 para a PGDF e de 01 de maio de 2009 a 31 de dezembro de 2013 para a DPDF, sendo certo que, para determinados achados, atuou-se no exercício 2014. Quanto às áreas fiscalizadas, o escopo dos trabalhos se estende aos setores de recursos humanos da PGDF e da DPDF, especificamente àqueles responsáveis pela gestão de pessoas e manutenção da folha de pagamento, mediante Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), com possibilidade de ampliação dos trabalhos para outras unidades, no decorrer da auditoria, de forma a identificar procedimentos, documentação e agentes responsáveis pela adequação da sistemática de pagamentos e concessões de benefícios às normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria.



1.6 Metodologia

9. As estratégias metodológicas adotadas foram basicamente:

- Exame de decisões em confronto com as respectivas providências necessárias à regularização dos feitos;
- Pesquisas no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH (GDF), e sua versão na *Internet*, o SIGRHWEB; no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE (área federal); na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; e Sistema CPF, da RFB;
- Pesquisa nos portais de transparência do Governo Federal e do GDF.
- Pesquisas nos Sistemas de Protocolo e Acompanhamento Processual deste Tribunal (e-TCDF) e do Governo do Distrito Federal (SICOP);
- Confrontação dos atos com a legislação aplicável;
- Conferência de memórias de cálculos;
- Amostragem;
- Entrevistas.

1.7 Critérios de Auditoria

10. A adequação das atividades e procedimentos do órgão jurisdicionado à legislação que rege a matéria, ou seja, Constituição Federal, Lei Orgânica do DF, Leis Distritais e Federais, normas regulamentares internas da PGDF e da DPDF, além de Decisões, Resoluções e Enunciados de Jurisprudência do TCDF.

2 RESULTADO DA AUDITORIA

11. Inicialmente, foram efetuados levantamentos de itens considerados críticos ou passíveis de maior número de falhas na folha de pagamento dos inativos e pensionistas, principalmente, sobre os quais foram assentadas as questões de auditoria. Para a obtenção de respostas às questões elaboradas neste procedimento fiscalizatório, lançou-se mão, além de observações e conferências feitas na documentação disponibilizada no local, de entrevistas junto aos gestores responsáveis pelos setores envolvidos, objetivando identificar as razões para os procedimentos adotados pela jurisdicionada, bem como realizar uma análise segura frente à legislação aplicável às situações postas, incluindo-se as decisões adotadas em processos precedentes, frutos de entendimentos firmados em casos concretos por esta Corte de Contas.

12. No curso dos trabalhos, foram expedidas as Notas de Auditorias nºs 1 a 8 (fls. 17/31), que objetivaram trazer respostas às Questões de Auditoria formuladas no Plano de Auditoria, incluindo aquela indicada no parágrafo nº 7, além dos demais pontos constantes no Relatório de Levantamento Preliminar de Auditoria (fls. 6/11) e na Matriz de Planejamento (fls. 12/16), consubstanciadas na Matriz de Achados (fls. 32/37).



2.1 Questão de auditoria 05

Os pagamentos de parcelas remuneratórias a servidores ativos, inativos e pensionistas estão sendo realizados em conformidade com a legislação vigente?

2.1.1 Achados de Auditoria

A.5.1. Vencimentos e proventos básicos calculados corretamente, partindo-se da premissa de que os cargos, classes e padrões cadastrados no SIGRH estão corretos.

A.5.2. Possível problema na proporcionalidade ou no ATS de pensão concedida a filhas maiores solteiras.

A.5.3. Indício de que filha maior solteira mantenha união estável, embora permaneça percebendo pensão.

A.5.4. Representação DFG/DFA paga corretamente.

A.5.5. Pagamento indevido de auxílio-alimentação integral no mês de ingresso de servidores, que só entraram em exercício no curso desse mês.

A.5.6. Possíveis divergências no pagamento do ATS a inativos da PGDF e da DPDF.

A.5.7. Ausência de pagamentos de parcelas indevidas a servidores cedidos.

A.5.8. Pagamento indevido da parcela opção 40 horas a servidora da PGDF.

A.5.9. Provável falha na fórmula de cálculo da opção 40 horas (rubrica 1710).

A.5.10. Pagamento incorreto da parcela opção 40 horas a 2 servidores pelo órgão cessionário (DPDF).

A.5.11. Incidência do ATS sobre a parcela opção 40 horas e vice-versa (*bis in idem*) de outubro/2009 a maio/2012.

A.5.12. Pagamento de auxílio-alimentação em duplicidade a servidor da PGDF.

A.5.13. Adicional de férias (1/3) calculado sobre remunerações superiores ao teto constitucional até outubro/2012.

A.5.14. VPNI do art. 43 da Lei nº 4.426/2009 (rubrica 1393) não incluída na base de cálculo do adicional de férias (1/3), o que é incorreto.

A.5.15. Pagamento possivelmente incorreto de adicional de férias (1/3). Apenas 1 caso. Divergência de pequeno valor. Sugestão por relevar.



A.5.16. Procuradores do DF e Defensores Públicos usufruindo 60 dias de férias e recebendo 2 adicionais de férias.

A.5.17. Provimentos e desligamentos em 2013, de acordo com as publicações no DODF.

A.5.18. Verificação de pagamentos para uma mesma conta bancária não encontrou irregularidades.

A.5.19. Pagamento de indenização de transporte a Procuradores e Defensores sem comprovação da utilização de meio próprio de locomoção para realização de atividades externas.

A.5.20. Pagamento irregular de indenização de transporte a Defensor Público inativo que retornou ao serviço público e se encontra exercendo apenas cargo em comissão.

A.5.21. Indícios de pagamento indevido de indenização de transporte cumulativamente com auxílio-transporte a alguns servidores.

A.5.22. Pagamentos irregulares a maior e a menor a título de conversão de licença-prêmio em pecúnia. Falhas nos controles internos.

A.5.23. Servidores e pensionistas da Carreira Administração Pública (atual Políticas Públicas e Gestão Governamental) permaneceram transpostos para a Carreira Apoio às Atividades Jurídicas (atual Servidores da PGDF), embora os artigos 8º e 9º da Lei nº 2.715/2001 tenham sido declarados inconstitucionais, com efeitos *ex tunc* e eficácia *erga omnes*. Decisão TCDF nº 2.409/2004 e Acórdão TJDF nº 259129 (ADI nº 2006.00.2.001827-0).

A.5.24. Não há no SIGRH nenhum servidor na Carreira de Apoio à Assistência Judiciária, permitindo concluir que não houve aplicação do artigo 12 da Lei nº 4.516/2010, declarado inconstitucional pelo e. TJDF.

A.5.25. Pagamentos indevidos das VPNIs dos arts. 1º (produtividade – 4%) e 2º (horas-extras) da Lei nº 2.056/1998.

A.5.26. Possíveis incorreções no pagamento da Parcela Complementar PCAUPOINT (Leis nºs 5.190/2013 e 5.192/2013).

A.5.27. Descumprimento do art. 135 da CRFB. Necessidade de adequação da legislação distrital para assegurar que Procuradores e Defensores Públicos do DF sejam remunerados por subsídio.

2.1.1.1 Análises e Evidências

13. Esta questão de auditoria buscou aferir a regularidade dos pagamentos das rubricas mais representativas tanto na PGDF quanto na DPDF.



14. O objetivo foi checar, na medida do possível, por meio de censo, ao invés de amostra, as rubricas mais representativas da folha de pessoal das jurisdicionadas, além de parcelas que foram objeto de ADIs ou que recentemente sofreram alterações relevantes.

2.1.1.1.1 Vencimento Básico

15. Verificou-se se, no mês de janeiro/2014, a PGDF e a DPDF realizaram os pagamentos a todos os seus servidores e pensionistas com base no padrão e na proporcionalidade nos quais estavam enquadrados e, em todos os casos, os valores foram pagos corretamente, proporcionalmente aos dias em que se mantiveram em cada padrão. Entretanto, não foi realizada a checagem quanto à adequação do enquadramento dos servidores em cada padrão.

16. No curso da verificação dos vencimentos, detectou-se possível incorreção na proporcionalidade paga às filhas maiores solteiras **Simone Antônia Machado**, matrícula nº 0038609X, e **Bernadet Antônia Machado**, matrícula nº 00388173, da PGDF. Consultando no SIGRH, verifica-se que está sendo paga a proporcionalidade de 17/35 avos, rateada igualmente pelas duas irmãs, embora o ATS seja de 18%, o que parece ser uma incongruência (fl. 06-Anexo). Ademais, na ficha cadastral de fl. 01-Anexo, há anotação indicando que a proporcionalidade correta é de 18/35 avos.

17. Além disso, por serem filhas maiores solteiras, declararam em 2013 que permaneciam nesse estado civil, sem manter união estável, conforme fls. 02/05-Anexo. Todavia, em consulta ao Sistema CPF, da RFB, e ao site do TSE, obteve-se indícios de que a pensionista **Bernadet Antônia Machado**, matrícula nº 00388173, teria dois filhos, **Bruno Machado de Almeida** e **Luis Gustavo Machado de Almeida**, e um companheiro, **Agostinho Lopes de Almeida**, considerando que (fls. 14/19-Anexo): (1) consta na base de dados do Sistema CPF que a mãe de **Bruno Machado de Almeida** e de **Luis Gustavo Machado de Almeida** tem o mesmo nome da pensionista; (2) na base de dados do TSE, o nome do pai deste filho, que possui 24 anos, é **Agostinho Lopes de Almeida**; (3) todos coabitam a mesma residência. Em face desses indícios, cabe à PGDF apurar a existência de união estável entre a pensionista filha maior solteira **Bernadet Antônia Machado**, matrícula nº 00388173, e **Agostinho Lopes de Almeida**, portador do CPF nº 728.952.841-72, o que, caso venha a se confirmar, acarretará na exclusão do benefício da mesma, sem óbice para possíveis implicações em outras esferas.

18. Conforme fls. 07/13-Anexo, não foi constatada ocupação de cargo público permanente por nenhuma das pensionistas.

19. Sendo assim, a PGDF deverá reavaliar a pensão das filhas maiores solteiras **Simone Antônia Machado**, matrícula nº 0038609X, e **Bernadet Antônia Machado**, matrícula nº 00388173, para corrigir a proporcionalidade para 18/35 avos, reduzir o ATS para 17% ou justificar a situação atual (proporcionalidade de 17/35 avos e ATS de 18%), bem como que a PGDF apure se esta última pensionista mantém união estável com **Agostinho Lopes de Almeida**, portador do CPF nº 728.952.841-72, apresentando esclarecimentos e documentação comprobatória da situação.



20. Ademais, devem ser considerados regulares os pagamentos dos vencimentos e dos proventos, partindo-se da premissa de que os cargos, as classes e os padrões cadastrados no SIGRH estão corretos.

2.1.1.1.2 Representação DFG/DFA

21. Assim como mencionado no item anterior, foi verificado se as jurisdicionadas estão realizando corretamente os pagamentos relativos ao exercício dos cargos em comissão a servidores. Foi usado o mês de março/2014 como referência e não se verificou qualquer incorreção nesse aspecto. Os servidores comissionados que foram nomeados ou exonerados no mês de março/2014 receberam corretamente o valor devido, *pro rata* aos dias trabalhados.

22. Paralelamente, verificou-se que os servidores **Abrahão Bento Noieto**, matrícula nº 02269813, e **Luciano D. dos Santos Melo Livino**, matrícula nº 02269856, que ingressaram na PGDF em 14/03/2014, receberam o auxílio-alimentação integral em março/2014 (fl. 20-Anexo), em desconformidade com o art. 6º, parágrafo único, do Decreto nº 33.878/2012, nos seguintes termos (grifo nosso):

Art. 6º O valor mensal do auxílio-alimentação, de que trata o art. 1º deste Decreto, corresponde a vinte e dois dias trabalhados, média de dias úteis no mês.

Parágrafo único. Referente ao mês de adesão ou ao de reinício do exercício, o servidor perceberá o valor proporcional aos dias trabalhados, limitado ao número de dias de que trata o caput.
(Decreto nº 33.878/2012)

23. Com isso, o valor do auxílio-alimentação proporcional aos dias não trabalhados deve ser ressarcido ao erário.

2.1.1.1.3 Adicional por tempo de serviço (ATS)

24. O ATS (rubricas 1502, 1504 e 1506) está sendo pago corretamente aos servidores ativos e pensionistas da PGDF e da DPDF, mas foram detectadas as divergências relacionadas aos inativos listados na Tabela I (fl. 38), cabendo a ambas as jurisdicionadas justificar os valores que vêm sendo pagos ou os corrigir, assegurando aos servidores, em caso de redução, os devidos contraditório e ampla defesa.

25. Quanto ao servidor **Carlos Odorico Vieira Martins**, matrícula nº 00701807, da PGDF, essa divergência decorre da inclusão da rubrica 1067 (acordo judicial) na base de cálculo do ATS. Ressalte-se que até fevereiro/2002, essa parcela era paga na rubrica 1066 e não integrava a base de cálculo do ATS (fl. 21-Anexo). Sendo assim, a PGDF deve justificar a razão de o ATS incidir sobre essa parcela.

2.1.1.1.4 Pagamento de parcelas em duplicidade a servidores cedidos

26. Constatou-se que a PGDF possuía 16 servidores cedidos em 18/02/2014 (15 a órgãos distritais e 1 à Câmara dos Deputados) e verificou-se se havia pagamento ilegal de parcelas em duplicidade a esses servidores, mas nenhuma irregularidade foi detectada.



27. Já na DPDF, foram detectados no SIGRH 7 servidores atualmente cedidos (tela CADHCR31), mas, desses, *a priori*, apenas 1 de fato ainda está cedido (dos demais, 5 já possuem data de desligamento no SIGRH e o outro esteve cedido para o DETRAN, mas foi desligado em 20/03/2007, não tendo havido, em nenhum desses 6 casos, atualização no cadastro de cedidos dos servidores).

28. Isso posto, deve-se considerar lícito o pagamento de parcelas a servidores cedidos de ambas as jurisdições e determinar à DPDF que atualize no SIGRH o cadastro dos servidores cedidos (CADHCR31/CADHCR01).

2.1.1.1.5 Opção 40 horas

29. Quanto ao pagamento da parcela denominada "OPÇÃO 40 HORAS", buscou-se casos de eventuais pagamentos a servidores que não tivessem jornada de 40 horas ou cujos valores não estivessem corretos (1/3 do valor do vencimento básico).

30. Dos 284 servidores ativos e 31 inativos da PGDF que percebiam essa parcela em dezembro/2013, verificou-se que 283 ativos e todos os inativos estavam cadastrados no SIGRH com a jornada de 40 horas e com os valores corretos, mas a servidora **Grace Adelaide Freitas de Abreu**, matrícula nº 01581236, estava cadastrada com jornada de 50 horas (carga horária principal de 30 horas e a secundária de 20 horas, à fl. 36-Anexo), o que resultou no pagamento de 2/3 (resultado da divisão da carga horária secundária – 20 horas – pela carga horária principal – 30 horas) sobre o vencimento básico, o que não encontra amparo no Decreto nº 25.324/2004. Além disso, no mês de fevereiro/2014, a carga horária principal foi reduzida para 10 horas, o que resultou em um pagamento da opção 40 horas no percentual de 200% (20 horas da carga horária secundária dividido pelas 10 horas da principal). Após questionamento quanto à situação (NA 006, às fls. 28/29), a jurisdição verificou a irregularidade e, de ofício, autuou o Processo nº 0020-001236/2014, no qual se verifica o levantamento dos valores pagos indevidamente; a atualização monetária desses valores; a comunicação à servidora, assegurando o contraditório e a ampla defesa; a devolução do valor recebido em fevereiro, nos termos do art. 119, § 2º, da LC nº 840/2011; e o contracheque do mês de março/2014, no qual consta a primeira parcela a ser ressarcida ao erário, nos termos do art. 119, § 1º, inciso II, relativa ao montante pago indevidamente de fevereiro/2013 a janeiro/2014 (fls. 22/35-Anexo). Porém, há duas pequenas falhas no levantamento dos valores: **(1)** a GAAJ (50% sobre o vencimento básico + opção 40 horas, conforme art. 3º da Lei nº 4.426/2009), devida até agosto/2013, não foi incluída na planilha de ressarcimento; **(2)** a GHAAJ (15% sobre o vencimento básico + opção 40 horas, no caso da servidora) faz parte da base de cálculo do 1/3 de férias, mas não foi incluída na devolução calculada para o mês de dezembro/2013 (rubrica 6865). Sendo assim, a PGDF deve refazer a planilha de fl. 07 do Processo nº 0020-001236/2014, para incluir os valores pagos indevidamente a título de GAAJ (fevereiro a agosto/2013) e alterar o valor da devolução do 1/3 de férias, de modo a incluir na base de cálculo a GHAAJ (dezembro/2013), assegurando o ressarcimento integral ao erário do montante devido, devidamente atualizado, garantindo à servidora, novamente, prazo para que possa exercer seu direito de defesa.



31. Outro aspecto que deve ser apontado com relação ao problema citado no parágrafo anterior é uma possível falha na fórmula da rubrica 1710 (Opção 40 horas), que pode estar se refletindo em pagamentos irregulares em outros órgãos também, além de vir a gerar novos pagamentos irregulares na própria PGDF. A título de exemplo, poderíamos ter um servidor com jornada de 30 horas na carreira, com percepção da opção 40 horas e que tivesse que cumprir jornada em 2 lotações distintas. Assim, no SIGRH, poderia estar cadastrada uma jornada principal de 20 horas e uma jornada secundária também de 20 horas, mas, ainda assim, seria devida a opção 40 horas na proporção de 1/3 e não no percentual de 100%, como, em tese, seria pago. A solução ideal para o problema seria a implementação no SIGRH das tabelas para jornada de 40 horas, evitando-se a adoção da parcela opção 40 horas. Caso isso não seja possível, uma solução alternativa é a criação de rubricas distintas (uma para cada grupo de carreiras que possuam uma mesma jornada-padrão), com o percentual fixo na fórmula da rubrica [por exemplo: os servidores de todas as carreiras com jornada padrão de 30 horas definidos em lei terão que adotar a rubrica XXXX, que já terá na sua fórmula de cálculo a proporção de 1/3 (33,33...%) sobre o vencimento básico, e assim por diante]. Com uma dessas alterações, eventuais divergências cadastrais das jornadas de trabalho não influenciarão no pagamento dessa rubrica. Sendo assim, o órgão gestor do SIGRH (SEAP) deverá adotar uma das soluções apresentadas, assegurando que seja levada em consideração a jornada de trabalho da carreira do servidor.

32. Já na DPDF, também em dezembro/2013, 332 servidores ativos e 17 inativos recebiam essa parcela. Desses, apenas **Osmar Ferreira Barbosa**, matrículas nº 01098152 (DPDF) e nº 01415190 (SESDF), e **Célia Regina de Souza**, matrículas nº 01103792 (DPDF) e nº 01387421 (SESDF), ambos requisitados da SESDF, estão com pagamento da parcela “Opção 40 horas” incorreto. Eles percebem pela DPDF valores fixos a esse título (R\$ 441,54 desde 24/04/2006 e R\$ 516,15 desde 05/05/2006, respectivamente, conforme fls. 37/45-Anexo), independente dos reajustes concedidos na SESDF, onde está sendo paga a remuneração com base na jornada de 30 horas.

33. A rigor, a parcela “Opção 40 horas” deve complementar o vencimento básico - parcela referente ao cargo efetivo -, de modo que o correto seria o pagamento tanto da “Opção 40 horas” quanto das demais parcelas pelo órgão de origem, cabendo ao cessionário, se for o caso, apenas o ressarcimento, conforme consta nos arts. 154 e 155 da LC nº 840/2011.

34. As autorizações para a jornada de 40 horas foram concedidas nas matrículas da SESDF, não tendo sido localizada qualquer redução de jornada de trabalho de ambos e, no SIGRH, nas matrículas da DPDF, consta que ambos ainda possuem jornada de 40 horas semanais.

35. Para ilustrar a divergência no mês de março/2014, seguem os valores que estão sendo pagos e os valores que seriam, em tese, devidos:



QUADRO I – DIVERGÊNCIAS NO PAGAMENTO DA OPÇÃO 40 HORAS (DPDF)				
Parcela	Osmar Ferreira Barbosa		Célia Regina de Souza	
	Atual (03/2014)	Correto	Atual (03/2014)	Correto
Vencimento básico	R\$ 1.370,00	R\$ 1.370,00	R\$ 1.530,00	R\$ 1.530,00
Opção 40 Horas	R\$ 441,54	R\$ 456,67	R\$ 516,15	R\$ 510,00
ATS	(12%) R\$ 164,39	R\$ 219,20	(13%) R\$ 198,90	R\$ 265,20
GATA (55%)	R\$ 753,50	R\$ 1.004,66	R\$ 841,50	R\$ 1.122,00
GTIT	(7%) R\$ 95,90	R\$ 127,86	(22%) R\$ 336,60	R\$ 448,80
TOTAL	R\$ 2.825,33	R\$ 3.178,39	R\$ 3.423,15	R\$ 3.876,00
DIFERENÇA A MENOR	-----	- R\$ 353,06	-----	- R\$ 452,85

36. O Quadro acima ilustra apenas a diferença no mês de março/2014, mas, além da correção no SIGRH da parcela “Opção 40 horas”, deverá ser realizado o levantamento de todo o período, inclusive quanto às demais parcelas, observada a prescrição quinquenal, efetuando eventuais compensações a menor ou a maior.

37. Sendo assim, a DPDF deverá justificar os valores pagos aos servidores supracitados ou enviar esforços junto à SESDF no sentido de corrigir a parcela “Opção 40 horas” e outras que estiverem com os valores deficitários, observando, se for o caso, o que dispõe a LC nº 840/2011, em seus arts. 154 e 155.

38. Ademais, apesar de não estar mais ocorrendo, também deve ser registrado que, de outubro/2009 a maio/2012, a PGDF estava calculando o ATS para os inativos com base na jornada de 40 horas e a parcela “Opção 40 horas” também incidindo sobre esse ATS. Esse *bis in idem* resultou em prejuízo ao erário de $4/9 \times$ percentual do ATS \times vencimento básico da jornada de 30 horas³, para os inativos que percebiam a parcela “Opção 40 horas” (rubrica 1400), conforme ilustrado à fls. 46/47-Anexo, a título de exemplificação. O correto seria aplicar o ATS com base na jornada de 40 horas e a “Opção 40 horas” não incidir sobre o ATS. A partir de junho/2012, a rubrica 1400 foi substituída pela 1663, o que corrigiu o problema. Desse modo, a PGDF deverá levantar os valores pagos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, observada a prescrição quinquenal, inclusive para as pensões em cuja base de cálculo tenha sido incluída a “Opção 40 horas” com valor incorreto.

2.1.1.1.6 Auxílio-alimentação em duplicidade

39. O auxílio-alimentação é inacumulável com qualquer outro auxílio da mesma espécie ou de espécie semelhante, tais como auxílio cesta básica, fornecimento de alimentação, nos termos do artigo 112, inciso II, da LC nº 840/2011 e artigos 3º e 5º do Decreto nº 33878/2012.

³ Cálculo correto: $VB + \frac{1}{3} \times VB \text{ (opção 40 horas)} + \%ATS \times \left(VB + \frac{1}{3} \times VB \right)$

Cálculo aplicado: $VB + \frac{1}{3} \times \left[VB + \%ATS \times \left(VB + \frac{1}{3} \times VB \right) \right] \text{ (opção 40 horas)} + \%ATS \times \left(VB + \frac{1}{3} \times VB \right)$

Diferença: $\frac{1}{3} \times \left[\%ATS \times \left(VB + \frac{1}{3} \times VB \right) \right] = \frac{4}{9} \times \%ATS \times VB$



40. Nas duas jurisdições, foi detectado apenas o servidor **Elieai Rodrigues Melo**, matrícula nº 01754416, da PGDF, percebendo o auxílio-alimentação em duplicidade (PGDF e Presidência da República), desde o ingresso na PGDF, em 05/02/2009 (fls. 48/52-Anexo), em desconformidade, até 31/12/2011, com o artigo 2º, inciso III, da Lei nº 786/1994 e, a partir de 01/01/2012, com o artigo 112, inciso II, da LC nº 840/2011. O pagamento em duplicidade viola ainda os artigos 3º e 5º do Decreto nº 33878/2012, que regulamentou os artigos 111 e 112 da LC nº 840/2011, além de precedentes do TCDF, constante na Decisão nº 485/2011 (Processo nº 26624/2009), e do TJDF, constante no Acórdão nº 655840 (DJe de 15.02.2012, p. 38).

41. Em face disso, a PGDF deve, após conceder o contraditório e a ampla defesa, suspender o pagamento do auxílio-alimentação ao servidor **Elieai Rodrigues Melo**, matrícula nº 01754416, e apurar os valores pagos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, salvo se o servidor comprovar que abriu mão dessa parcela na Presidência da República e ressarcir os valores percebidos indevidamente naquele órgão.

2.1.1.1.7 Adicional de Férias (1/3)

42. Outro aspecto analisado na presente auditoria foi a regularidade no pagamento do adicional de férias (1/3).

43. Foram analisados os pagamentos realizados desde janeiro/2009 a março/2014 em ambas as jurisdições, tendo sido detectados dois problemas nas regras do SIGRH quanto ao pagamento do adicional de férias (1/3): **(1)** até outubro/2012, as jurisdições não aplicaram o teto constitucional à base de cálculo do adicional de férias; **(2)** e a VPNI do art. 43 da Lei nº 4.426/2009 (rubrica 1393) não está incluída na base de cálculo do adicional de férias.

44. Quanto à base de cálculo para o adicional de férias, deve-se destacar que a LC nº 840/2011 (em vigor desde 01/01/2012) disciplinou que ela não pode exceder o teto remuneratório (ou seja, deve ser aplicado o teto inclusive para esse fim), como se vê:

Art. 91. § 3º A base para o cálculo do adicional de férias não pode ser superior ao teto de remuneração ou subsídio, salvo em relação ao abono pecuniário.
(LC nº 840/2011)

45. Esta Corte, na Resolução nº 246/2012, recepcionou esse dispositivo, em seu art. 9º:

Art. 9º A remuneração de férias corresponderá ao período de 30 (trinta) dias, e será acrescida do valor integral do adicional de férias, correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração, tendo sua base de cálculo limitada ao teto de remuneração ou subsídio.
(Resolução TCDF nº 246/2012)



46. Porém, até 31/12/2011, na vigência da Lei nº 8.112/1990, não havia dispositivo legal que expressamente vedasse a aplicação do teto constitucional à base de cálculo do adicional de férias, o que ocasionou divergência nas interpretações. Assim, ainda que se considerasse que a interpretação correta seria pela aplicação do teto, não se pode ignorar os argumentos contrários, que também configuram uma interpretação válida, o que implica na aplicação ao caso da Súmula de Jurisprudência TCDF nº 79.

47. Todavia, mesmo na vigência da LC nº 840/2011, ambas as auditadas continuaram não aplicando o teto à base de cálculo do adicional de férias até outubro/2012, conforme exemplificado às fls. 53/56-Anexo. Somente a partir de novembro/2012 essa ilegalidade cessou, mas não foi possível comprovar se os valores pagos indevidamente foram ressarcidos ao erário.

48. Em face disso, a PGDF e a DPDF devem levantar os valores pagos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, a todos os servidores que perceberam, na vigência da LC nº 840/2011, o adicional de férias com base de cálculo superior ao teto constitucional vigente à época do usufruto das férias, observados os devidos contraditório e ampla defesa, ou, caso já tenham realizado esse procedimento, comprovem que esses valores foram ressarcidos ao erário.

49. Quanto à VPNI do art. 43 da Lei nº 4.426/2009 (rubrica 1393), considerando que ela integra a remuneração dos servidores, deve ser incluída na base de cálculo do adicional de férias, conforme entendimento da LC nº 840/2011 (grifo nosso):

Art. 91. Independentemente de solicitação, é pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a um terço da remuneração ou subsídio do mês em que as férias forem iniciadas.

50. Para exemplificar a situação, foram elaborados cálculos à fl. 57-Anexo, que ilustram a exclusão dessa VPNI da base de cálculo do adicional de férias pago à servidora **Cynara Regattieri de Abreu**, matrícula nº 00332151, no mês de fevereiro/2013.

51. Em face disso, a SEAP deve regularizar a rubrica 1393 no SIGRH, para fazer com que o adicional de férias incida sobre a VPNI do art. 43 da Lei nº 4.426/2009 e a PGDF, realizar os acertos dos valores que não foram pagos aos servidores quando do usufruto de suas férias.

52. Quanto aos valores pagos, foi encontrada apenas uma divergência entre o valor em tese devido (R\$ 2.267,75) e o valor efetivamente pago (R\$ 2.284,02) ao servidor da DPDF **Hernandes Cristalino Alves Santos**, matrícula nº 14016214, no mês de dezembro/2013, conforme fl. 58-Anexo. Tendo em conta ter ocorrido apenas este único caso e o pequeno valor envolvido, por economia processual, sugere-se relevar essa possível falha.

2.1.1.1.8 Férias dos Procuradores e Defensores



53. Nos trabalhos de auditoria, constatou-se que são concedidos **60 dias de férias** aos Procuradores e Defensores Públicos e não foi possível esclarecer qual a fundamentação legal para tal diferenciação, tendo em conta que os demais servidores distritais fazem *jus* a apenas 30 dias (desde 01/01/2012, conforme o art. 125 da LC nº 840/2011, e até essa data, de acordo com o art. 77 da Lei nº 8.112/1990), o que também se aplicaria às Carreiras dos Procuradores e Defensores (art. 17 da LC nº 681/2003 e art. 53, § 1º, da LC nº 828/2010).

54. A Advocacia-Geral da União e a Defensoria Pública da União, paradigmas federais das referidas Carreiras distritais, estabelecem férias de 30 dias para seus servidores, *in verbis*:

Art. 5º Aos servidores ocupantes de cargo efetivo de advogado, assistente jurídico, procurador e demais integrantes do Grupo Jurídico, da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional, empresas públicas e sociedades de economia mista serão concedidos trinta dias de férias anuais, a partir do período aquisitivo de 1997.
(Lei Federal nº 9.527/1997)

Art. 39. § 2º Os membros da Defensoria Pública da União têm os direitos assegurados pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nesta Lei Complementar. **(redação dada pela LC Federal nº 98/1999)**

Art. 40. ~~Os membros da Defensoria Pública da União terão direito a férias anuais de sessenta dias, individual ou coletivamente.~~ **(revogado pela LC Federal nº 98/1999)**
(LC Federal nº 80/1994)

Art. 77. O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.
(Lei Federal nº 8.112/1990, com redação da Lei nº 9.525/1997)

55. Na mesma linha, alguns Estados também seguem o período de 30 dias de férias:

Art. 50. Os integrantes da carreira de Procurador do Estado gozarão 30 (trinta) dias consecutivos de férias por ano, de acordo com escala para este fim organizada pelo Procurador Geral do Estado.
(Estado do Paraná. LC nº 26/1985, publicada no DOE/PR de 02/01/1986)

Art. 75. Os Procuradores do Estado terão direito a férias anuais de trinta dias, remuneradas pelo abono de férias, que poderão ser fracionadas, no interesse da Administração.
(Estado do Mato Grosso do Sul. LC nº 95, de 26/12/2001, com redação dada pela LC nº 116, de 21/12/2005)

ART. 29 - Os Procuradores do Estado terão direito, após cada ano de exercício, a 30 (trinta) dias de férias.
(Estado do Pará. Lei nº 5.298/1985, publicada no DOE/PA de 31/12/1985)

Art. 61 Os Procuradores do Estado terão direito a férias de trinta dias por ano, contínuos ou divididos em dois períodos iguais, salvo acúmulo por necessidade de serviço e pelo máximo de dois anos.
(Estado do Mato Grosso. LC nº 111/2002, publicada no DOE/MT de 01/07/2002)



Artigo 135 - Os membros da Defensoria Pública do Estado terão direito a férias anuais de 30 (trinta) dias, após completarem 1 (um) ano de efetivo exercício na carreira, sendo-lhes facultado o respectivo gozo em 2 (dois) períodos iguais.

(Estado de São Paulo. LC nº 988, de 09/01/2006)

Art. 74 - Os membros da Defensoria Pública do Estado gozarão férias individuais por 30 (trinta) dias em cada ano, após completarem 01 (um) ano de efetivo exercício na carreira, sendo facultado o gozo de férias em 2 (dois) períodos, não inferiores a 10 (dez) dias consecutivos.

(Estado do Rio Grande do Sul. Lei nº 11.795, de 22/05/2002)

Art. 42. As férias dos membros da Defensoria Pública serão concedidas pelo Defensor Público-Geral, de acordo com a lei estadual aplicável aos demais servidores estaduais.

(Estado de Santa Catarina. LC nº 575/2012, publicada no DOE/SC de 03/08/2012)

Art. 1º. O Defensor Público fará jus a 30 (trinta) dias de férias anuais remuneradas.

(Estado de Santa Catarina. Resolução nº 13/2013, publicada no DOE/SC de 09/12/2013)

56. Desse modo, as jurisdicionadas devem declinar as bases legais que fundamentam o afastamento de férias nos moldes hoje praticados.

2.1.1.1.9 Provimentos e desligamentos em 2013

57. O objetivo deste tópico é verificar se há servidores cadastrados no SIGRH sem a devida nomeação ou servidores desligados, mas que continuam recebendo remuneração. Foi adotado o ano de 2013 como referência para as análises.

58. Verificou-se, na PGDF, se todos os 57 servidores cadastrados em 2013 foram devidamente nomeados ou cedidos para a PGDF e a resposta foi afirmativa para todos. Na DPDF, por outro lado, essa pesquisa se deu por amostra (22 de 86 casos, representando 25,58%) e a resposta também foi afirmativa para todos os novos servidores.

59. E, ainda, verificou-se se havia pagamentos a servidores desligados e a resposta foi negativa para todos os casos, exceto no caso da servidora **Maria do Socorro Souza Ferreira**, matrícula nº 01589504, ocupante do cargo de Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental, que havia sido removida para a Secretaria de Trabalho e retornou para a DPDF em março/2014. Não foram localizadas as publicações no DODF, mas não houve pagamento em duplicidade.

60. Desse modo, conclui-se que não foram localizadas situação irregulares neste tópico.

2.1.1.1.10 Contas Bancárias em Duplicidade

61. Verificou-se se havia pagamentos a mais de um servidor ou pensionista para a mesma conta bancária, o que poderia indicar eventual indício de fraude.



62. Entretanto, não foram localizadas contas bancárias em duplicidade na PGDF para nenhum dos 1.042 servidores e pensionistas do órgão e, na DPDF, dos 917 vínculos (servidores e pensionistas), foram detectadas 2 contas bancárias em duplicidade. A primeira pertencente ao servidor **Wagner Rios Filho**, que é aposentado da DPDF (matrícula nº 00466816) e retornou para exercer apenas cargo comissionado (matrícula nº 02163748), e a outra, à servidora ativa **Cláudia da Silva Costa** (matrícula nº 00437441), que também é pensionista do ex-servidor **João Alves da Costa Filho** (matrícula 00267325).

63. Sendo assim, conclui-se que não houve qualquer irregularidade quanto a esse aspecto.

2.1.1.1.11 Indenização de transporte

64. No âmbito da Procuradoria Geral do DF, o pagamento da indenização de transporte é autorizado pelo art. 14 da LC nº 681, de 16/01/03, que é regulamentado pela Portaria nº 141, de 21/12/05. Já na Defensoria Pública do Distrito Federal, a instituição se deu pelo art. 53, § 1º, da Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010, cuja regulamentação se encontra na Resolução nº 36, de 27 de dezembro de 2006.

65. Uma vez que as normas acima foram expedidas sob a égide de lei pretérita (Lei nº 8.112/90), cabe averiguar adequação em face dos dispositivos da novel Lei Complementar nº 840/11, em observância aos ditames do seu art. 288, *verbis*:

Art. 288. Ficam mantidas, até sua adequação às disposições desta Lei Complementar, as normas regulamentares expedidas com base na legislação anterior, exceto naquilo que conflitam com esta Lei Complementar.

66. Nesse sentido, de início, registre-se que a indenização de transporte, no GDF, deve observância ao art. 106 da Lei Complementar nº 840, de 23/12/11, *verbis*:

Art. 106. O servidor que realiza despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, faz jus à indenização de transporte, na forma do regulamento.

67. Portanto, se atendidas as 3 (três) situações acima (meio próprio de locomoção, serviços externos e atribuições do cargo), o servidor faz jus à indenização de transporte.

68. No tocante às carreiras dos Procuradores do DF e dos Defensores Públicos do DF, constata-se, em tese, que os servidores, desde que utilizem meio próprio de locomoção, apresentam condições para percepção da referida indenização, pois se inserem nas atribuições dos cargos a realização de tarefas externas (programação estabelecida pelas Procuradorias especializadas), conforme Leis Complementares nºs 395, de 31/07/01, e 828, de 26/07/10.



69. O pagamento da indenização de transporte objetiva evitar a ocorrência do dano. Assim, a compensação deve ocorrer de modo que o servidor não reste prejudicado com a utilização de seu bem (veículo), nem a Administração onerada por conta de pagamento a maior. Não se deve propiciar vantagem monetária de qualquer espécie, ou acréscimo patrimonial, visto que a indenização em pecúnia ocorre justamente para reparar o dano.

70. Em apoio a essa função essencialmente reparadora, o art. 103 da LC nº 840/11 explicita que a indenização não pode ser incorporada à remuneração, produzir efeito sobre outros pagamentos, bem assim sofrer incidência tributária.

71. A regra é que o valor da indenização de transporte suporte situações que caracterizem despesas comprovadas, isto é, somente poderá ser paga nos dias em que houver utilização de meio próprio de locomoção para execução de serviços externos inerentes às atribuições do cargo. Não pode haver, portanto, pagamento integral do benefício nos meses em que ocorrerem férias, licenças, viagens a serviço ou cessão a outro órgão, situações observadas pela Portaria nº 141, de 21/12/05.

72. **O problema detectado** consiste em que tanto a PGDF quanto a Defensoria Pública não exigem documentos comprobatórios das atividades externas realizadas pelos Procuradores e Defensores Públicos. Portanto, o pagamento da verba indenizatória é processado automaticamente pelo Sigh a todos os servidores das referidas carreiras, observando-se glosas apenas em casos de afastamentos legais.

73. Embora os referidos regulamentos de indenização de transporte afetos às carreiras de Procurador e Defensor Público não exijam expressamente a apresentação de relatórios de atividades, não se pode olvidar da natureza indenizatória da verba, ou seja, deve ser paga somente diante do gasto incorrido com o uso de veículo próprio (despesa realizada à luz do art. 106 da LC nº 840/11).

74. Saliente-se que procedimento de controle para aferir a regularidade da concessão da verba indenizatória é procedimento comum no GDF, além do que se encontra expressamente indicado nos normativos legais. Por exemplo, o Decreto nº 13.447, de 17 de setembro de 1991⁴, que regulamenta a indenização de transporte no GDF, explicita em seu art. 6º, *verbis*:

Art. 6º - Os requisitos estabelecidos neste Decreto deverão ser apurados e comprovados em relação a cada servidor, pelo respectivo chefe imediato que encaminhará a proposta da concessão à Divisão de Administração Geral da respectiva Secretaria de Estado, por intermédio do dirigente da repartição a que estiver subordinado, acompanhada dos seguintes elementos:

I – nome do servidor;

II – denominação do respectivo cargo;

III – denominação e local da unidade administrativa onde está lotado ou tem exercício o servidor;

IV – descrição sintética do serviço externo executado.

⁴ Aplicável aos servidores do GDF não amparados em legislação específica.



75. Para fins de saneamento, cabe alertar os titulares da Procuradoria Geral do DF e da Defensoria Pública do DF para que adotem providências de forma a exigir documentos comprobatórios da realização de atividades externas, de modo a amparar o caráter indenizatório do pagamento.

76. No âmbito da DPDF, deve ser registrado que a indenização de transporte, com base na no art. 1º da Resolução nº 36/2006, é devida apenas aos Defensores Públicos (antigos Procuradores de Assistência Judiciária), como expressamente disposto nessa norma (grifo nosso):

Art. 1º A indenização pelo uso de veículo próprio devida aos membros da carreira Assistência Judiciária para desempenho de suas funções, conforme previsto nos arts. 12, III, c/c 24 da Lei Complementar n.º 681/03, será concedida de acordo com os critérios e formas a seguir indicados e destina-se a ressarcir as despesas de locomoção realizadas, por conta própria, para a execução das atividades que são inerentes ao exercício do cargo.

77. Para os demais servidores, cabe apenas a indenização fixada pelo Decreto nº 13.447/1991, alterado pelo Decreto nº 26.077/2005.

78. Apesar disso, na DPDF foi constatado que **Wagner Rios Filho**, matrícula nº 02163748 (anteriormente 00982318), em que pese estar exercendo apenas cargo em comissão (atualmente é Coordenador de Atendimento Itinerante), vem percebendo a indenização de transporte com base na Resolução nº 36/2006 desde setembro/2008 (fls. 59/60-Anexo). Apesar de ele ser Defensor Público inativo (matrícula nº 00466816), reingressou no serviço público por meio de um novo provimento e, atualmente, na atividade de Coordenador de Atendimento Itinerante, não pode atuar e nem fazer *jus* aos mesmos direitos que os membros da Carreira Defensor Público do Distrito Federal. Em face do novo ingresso, têm direito aos mesmos direitos, vantagens e obrigações concedidos aos servidores de livre provimento (sem vínculo com a Administração Pública) e, portanto, apenas faz *jus* à indenização de transporte com base no Decreto nº 13.447/1991, com as alterações do Decreto nº 26.077/2005.

79. Assim, a DPDF deverá ajustar a indenização de transporte paga ao servidor **Wagner Rios Filho**, matrícula nº 02163748, ao que dispõe o Decreto nº 13.447/1991, alterado pelo Decreto nº 26.077/2005, bem como levantar o montante pago (Resolução nº 36/2006) e o que é devido (Decreto nº 13.447/1991 c/c Decreto nº 26.077/2005), para fins de compensação e de reposição dos valores pagos indevidamente ao erário, observados, se for o caso, o contraditório e a ampla defesa.

80. Ademais, cabe destacar que a PGDF vem pagando indenização de transporte a servidores que também recebem auxílio-transporte, em desconformidade com o art. 107, § 2º, inciso IV, da LC nº 840/2011, que assim dispõe (grifo nosso):

Art. 107. Ao servidor é devido auxílio-transporte, a ser pago em pecúnia ou em vale-transporte, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo, inclusive interestadual, no início e no fim da jornada de trabalho, relacionadas com o deslocamento da residência para o trabalho e vice-versa.



[...]

§ 2º O auxílio-transporte não é devido:

[...]

IV – cumulativamente com outro benefício ou vantagem de natureza igual ou semelhante ou com vantagem pessoal originária de qualquer forma de indenização ou auxílio pago sob o mesmo título ou idêntico fundamento, salvo nos casos de:

a) acumulação lícita de cargos públicos;

b) servidor que exerça suas atribuições em mais de uma unidade administrativa do órgão ou entidade a que esteja vinculado, aqui compreendidos os estabelecimentos públicos de ensino e saúde do Distrito Federal.

[...]

81. Essa restrição não é inovação da LC nº 840/2011, tendo em conta que as normas distritais que anteriormente tratavam do tema também disciplinavam a matéria do mesmo modo (grifos nossos):

Art. 3º É vedado o pagamento do auxílio-transporte cumulativamente com outro benefício de espécie semelhante ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de indenização ou auxílio pago sob o mesmo título ou idêntico fundamento, à exceção dos casos de:

I – acumulação lícita de cargos públicos;

II – servidor público que tenha de exercer suas funções em mais de uma unidade administrativa, aqui compreendidos os estabelecimentos de ensino e os da rede pública de saúde do Distrito Federal.

(Lei nº 2.639/2000)

Art. 3º É vedado o pagamento cumulativo do auxílio-transporte com outros benefícios ou vantagens de natureza semelhante ou com vantagem pessoal originária de qualquer forma de indenização ou auxílio pago sob o mesmo título ou idêntico fundamento, salvo nos casos de:

I – cumulação constitucional de cargos públicos;

II – servidor que exerça suas atribuições em mais de uma unidade administrativa do órgão ou entidade a que esteja vinculado, aqui compreendidos os estabelecimentos de ensino público e de saúde do Distrito Federal.

(Lei nº 2.966/2002)

82. Nessa mesma linha, entendimento do CNJ, em resposta a consulta que tratava do pagamento concomitante das duas verbas em análise aos Oficiais de Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco:

CONSULTA – TJPE – OFICIAIS DE JUSTIÇA – CUMULAÇÃO DE AUXÍLIO-TRANSPORTE COM INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE – COGNIÇÃO PELO CNJ – DESCABIMENTO DA CUMULAÇÃO.

1. O Poder Judiciário Federal, regulamentando a forma de pagamento da indenização de transporte, prevista no art. 60 da Lei 8.112/90, e do auxílio-transporte, por meio das Resoluções 4/08 do Conselho da Justiça Federal e 11/05 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, assentou a impossibilidade de cumulação de pagamento das parcelas recebidas sob o mesmo título ou com a mesma destinação.

2. A legislação estadual pernambucana não contempla a vedação, apenas assentando o cabimento do auxílio-transporte para todos os servidores do Poder Judiciário (para fins de deslocamento da residência para o trabalho e vice-versa) (Lei 12.390/03) e o cabimento da indenização de transporte para os oficiais de justiça (Lei 13.332/07).



3. A competência para a iniciativa de projeto de lei visando à criação e extinção de cargos e remuneração é privativa dos Tribunais de Justiça (CF, art. 96, II, "b"). Não desponta que a primeira cognição quanto ao tema seja do Conselho da Magistratura Estadual, já que não identificada entre as competências deste. Desse modo, a atuação originária do CNJ estaria autorizada, e não apenas como instância revisora administrativa.

4. A indenização de transporte devida ao oficial de justiça, em razão de despesas resultantes da utilização de meios de locomoção não fornecidos pela Administração para se desincumbir dos serviços externos, naturalmente engloba o auxílio-transporte, pois cobre todos os seus deslocamentos, incluídos os da residência ao tribunal. É fato conhecido que os oficiais de justiça, até para otimizar o trabalho externo de cumprimento de mandados judiciais, procuram concentrar as tarefas a serem realizadas *extra forum* em poucos dias da semana, partindo para os destinos de cumprimento dos mandados, muitas vezes, até de sua própria residência, razão pela qual a parcela indenizatória, em princípio, considerando o mês trabalhado, supriria a contento as despesas realizadas em alguns dias do mês.

5. Nesse passo, o auxílio-transporte, embora pareça destinar-se a função distinta, qual seja, a de prover o necessário ao deslocamento para ida e vinda do trabalho, é absorvido pela indenização de transporte, no caso dos oficiais de justiça, tendo a mesma natureza indenizatória de ressarcimento de custos com o deslocamento.

6. Assim, não se justificaria a percepção cumulativa das indenizações, nos termos já placitados pelas Resoluções destinadas aos servidores do Poder Judiciário Federal.

Consulta respondida negativamente.

(CNJ, Consulta nº 0003370-02.2009.2.00.0000, Relator IVES GANDRA, Data de Julgamento 13.10.2009, Sessão 92)

83. É possível que, no mesmo mês, haja o pagamento do auxílio (arts. 107 a 110 da LC nº 840/2011) e da indenização de transporte (art. 106 da LC nº 840/2011), sendo esta devida apenas nos dias em que se comprovar a utilização de uso de veículo próprio para execução de serviços externos relativos ao cargo e aquela, nos demais dias.

84. Porém, não é isso que parece estar havendo na PGDF, que vem pagando aos servidores a seguir listados a indenização de transporte apenas nos dias em que o veículo próprio é utilizado (*pro rata*), mas, no mesmo mês, o auxílio-transporte vem sendo pago, s.m.j., integralmente aos servidores a seguir relacionados:

QUADRO II – Pagamento de auxílio-transporte em possível duplicidade com indenização de transporte (PGDF)		
Empresa	Matrícula	Servidor
PGDF	01153897	ANDRE LUIZ TEIXEIRA
PGDF	00935700	BERNARDO PEREIRA PERDIGAO
PGDF	02206889	CAIRO ROBERTO PEREIRA LIMA
PGDF SESDF	01814583 (PGDF) 01412507 (SESDF)	EDUARDO PASSOS DOS SANTOS (servidor da SESDF cedido para a PGDF, com percepção do auxílio-transporte no órgão cedente e de indenização de transporte no cessionário)
PGDF	01966340	JALES M. MACHADO SILVA NASCIMENTO
PGDF	01765957	HUSSEIN SOUZA ZAIDAN FERNANDES
PGDF	02160757	LUIZ GABRIEL XAVIER DOS SANTOS
PGDF	02164116	MARIA LUCIA BRAZ DE OLIVEIRA
PGDF	02176300	MARLENE MAURICIO DOS SANTOS



85. Em face disso, a PGDF deverá justificar os pagamentos que vêm sendo realizados a esses servidores a título de auxílio-transporte e de indenização de transporte, esclarecendo se houve pagamentos concomitantes dessas duas parcelas a esses servidores. Caso a resposta seja afirmativa, deverá realizar os ajustes necessários, a fim de evitar o pagamento concomitante das mesmas, em cumprimento ao art. 107, § 2º, inciso IV, da LC nº 840/2011, bem como proceder ao levantamento dos valores pagos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, observados o contraditório e a ampla defesa.

2.1.1.1.12 Conversão de licença-prêmio em pecúnia

86. A licença-prêmio não usufruída e não contada para outros efeitos pode ser convertida em pecúnia, conforme autoriza o artigo 142 da LC nº 840/2011.

87. Antes de adentrar na metodologia propriamente dita, considerou-se pertinente certificar-se sobre os procedimentos internos da jurisdicionada na concessão dos benefícios. Desse modo, verificou-se que a conversão de licença-prêmio em pecúnia tanto na PGDF quanto na DPDF ocorre em processo próprio.

88. Preliminarmente, foram obtidos nos sistemas SIGRH e SIGRHWEB os dados relativos às datas de aposentadoria, aos períodos de licença-prêmio não usufruídos, ao valor percebido a título de conversão de licença-prêmio em pecúnia e ao último contracheque anterior à aposentadoria, excluindo-se as parcelas não incorporáveis. Ao todo, chegou-se a 57 servidores ou pensionistas da PGDF e 25 da DPDF contemplados com a conversão em pecúnia de períodos de licença prêmio não usufruídos (rubrica 2034).

89. A seguir, verificou-se a convergência entre os valores referentes ao saldo de licença-prêmio não usufruído (SIGRH, tela CADLAR35) e à conversão em pecúnia (SIGRHWEB, rubrica 2034). Divergências indicariam que ao menos parte do saldo foi usada para contagem do tempo em dobro para fins de concessão de abono de permanência/aposentadoria, ou teria havido erro no pagamento pela jurisdicionada ou, ainda, inconsistência nos lançamentos feitos no SIGRH.

90. Dos saldos de licença-prêmio constantes no SIGRH, não foi possível verificar pelo próprio sistema se eles foram usados para fins de abono de permanência/aposentadoria ou se foram convertidos em pecúnia. Com isso, nos casos em que foi detectada, por meio de análise no SIGRH e no SIRAC, alguma possível divergência, foram analisados também, sempre que necessário, os processos físicos de aposentadoria, abono de permanência e conversão de licença-prêmio em pecúnia.

91. Assim, pode-se afirmar que a verificação das normas aplicáveis ao caso foi empreendida via auditoria de sistemas (SIGRH e SIGRHWEB) e via análise documental dos processos relativos a aposentadoria, abono de permanência e conversão da licença prêmio em pecúnia.



BASE DE CÁLCULO E MÊS DE REFERÊNCIA

92. Inicialmente, cumpre mencionar o entendimento vigente, firmado pelo TJDF, sobre as parcelas que devem ser convertidas em pecúnia e qual o mês de referência a ser utilizado.

A base de cálculo para a conversão em pecúnia de licença-prêmio não usufruída é a **remuneração percebida pelo servidor à época da aposentadoria**, compreendendo essa **o vencimento do cargo mais as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em Lei.**" (20040110328334APC, Relator Nívio Geraldo Gonçalves, DJ de 23/06/2008; 200901100315582APC, Relator Cruz Macedo, DJ de 02/02/2011; e 20100111566034APC, Relator João Egmont, DJ de 06/10/2011). Grifou-se.

93. Como mês de referência a ser usado para o cálculo da conversão da licença-prêmio em pecúnia, deve-se entender aquele vigente à data da aposentadoria e não o mês anterior. Assim, caso uma nova tabela de remuneração entre em vigor no mês da aposentadoria, o servidor fará jus à conversão de pecúnia com base nesses novos valores vigentes e não os constantes no contracheque do mês anterior. Ainda sobre o tema, reafirmando o posicionamento do precedente supramencionado, em recente julgado, assim se manifestou o TJDF:

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. PRETENSÃO DE CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO USUFRUÍDA EM PECÚNIA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. O servidor aposentado faz jus ao valor relativo à licença-prêmio não usufruída, sob pena de enriquecimento sem causa da Administração Pública.

2. A base de cálculo deverá ser a remuneração recebida no mês de exoneração.

[...]

(Acórdão n.629670, 20120110241279ACJ, Relator: JOÃO FISCHER, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 09/10/2012, Publicado no DJE: 29/10/2012. Pág.: 196). Grifou-se.

94. Sobre a base de cálculo, nos termos da LC nº 840/2011, pode-se entender as vantagens pecuniárias permanentes como aquelas relativas ao cargo (art. 76) e as relativas ao servidor (a exemplo do ATS e da VPNI, conforme os arts. 88 e 90). As demais parcelas não devem incidir, portanto, para fins da conversão em pecúnia das licenças-prêmio. O TJDF já se manifestou especificamente sobre a não inclusão de auxílio-alimentação e adicional noturno na base de cálculo, nos seguintes termos:

Se o auxílio alimentação e o adicional noturno são verbas indenizatórias devidas ao servidor em atividade não podem compor a base de cálculo para ressarcimento de licença-prêmio não gozada paga após a exoneração do servidor. (Acórdão nº 632707, 20120110367095ACJ, Relator: WILDE MARIA SILVA JUSTINIANO RIBEIRO, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 23/10/2012, Publicado no DJE: 08/11/2012. Pág.: 218)



95. Nos parágrafos seguintes, foram relacionados os casos dos pagamentos em desconformidade com a legislação vigente.

PAGAMENTOS INDEVIDOS

96. Durante os trabalhos, foram detectados casos de pagamentos de LPA convertidas em pecúnia com a inclusão indevida na base de cálculo de parcelas temporárias (Adicional de Qualificação – AQ – e Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ), bem como pagamentos que não foram realizados com base nos valores vigentes no mês da aposentadoria ou que excederam o teto constitucional e, ainda, saldos de LPA conversíveis em pecúnia usufruídos ou usados para abono de permanência e também convertidos em pecúnia (uso do mesmo tempo em duplicidade).

97. De início, cabe destacar que o AQ, regido pela Lei nº 4426/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 31452/2010, não é vantagem pecuniária permanente, por três motivos: **(1)** a sua concessão tem validade de quatro anos, cessando seus efeitos com a expiração do prazo (art. 27, § 3º, da Lei nº 4426/2009); **(2)** os servidores cedidos para órgão ou entidade fora do GDF não fazem jus a esse benefício (art. 28 da Lei nº 4426/2009 e art. 11 do Decreto nº 31452/2010); e **(3)** o AQ não integra proventos de aposentadoria e benefícios de pensão (art. 7º, § 3º, do Decreto nº 31452/2010).

98. Do mesmo modo, a GAJ também não se enquadraria como uma vantagem pecuniária permanente, uma vez que é devida apenas aos servidores lotados e em exercício na DPDF (antigo CEAJUR), conforme art. 20 da Lei nº 2.797/2001, art. 22, § 1º, da Lei nº 4.426/2009 e art. 28 da Lei nº 5.190/2013.

99. Quanto à limitação do teto remuneratório, trata-se de exigência constitucional, com precedentes no âmbito judicial (v.g. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo⁵). Não se pode olvidar que a observância do teto está expressa na LC nº 840/2011 para parcelas remuneratórias e indenizatórias, como, por exemplo, remuneração, décimo-terceiro e indenização de férias, indicando que o mesmo parâmetro deve ser observado na conversão de LPA em pecúnia.

100. E, por último, quanto à conversão de valores já usufruídos ou contados para fins de aposentadoria ou abono de permanência, há posição consolidada desta Corte e do TJDFT quanto à impossibilidade de conversão em pecúnia, como se vê:

O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu:

a) conhecer da consulta, formulada pela Polícia Civil do Distrito Federal, por observar o disposto no art. 194 do RI/TCDF;

⁵ Apelações nºs 0029205-32.2011.8.26.0053, 0029205-32.2011.8.26.0053 e 0030745-18.2011.8.26.0053 e na Apelação/Reexame Necessário nº 0002070-11.2012.8.26.0053 (TJSP).



b) cientificar à jurisdicionada acerca da possibilidade jurídica de conversão em pecúnia de licença-prêmio não gozada e não contada para quaisquer outros efeitos, em face da aposentação de servidor, providência que deverá ser implementada sem olvidar-se da disposição contida no art. 7º da Lei Federal nº 9.527/1997 e do prazo prescricional estabelecido no Decreto nº 20.910/1932, cujo termo "a quo" é a data de publicação do ato de aposentadoria;

[...]

(Decisão TCDF nº 1152/2005. Processo nº 3296/2004)

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

[...]

II - recomendar à Secretaria de Estado de Saúde do DF que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) no caso das licenças-prêmio terem sido consideradas para concessão de abono de permanência e, posteriormente, convertidas em pecúnia, providenciar o levantamento dos valores recebidos em decorrência da referida conversão, para fins de ressarcimento ao erário;

[...]

(Decisão TCDF nº 1935/2012. Processo nº 2233/2012)

[...]

3. O servidor que, ao se aposentar, não desfrutou da totalidade das licenças-prêmio a que tinha direito nem utilizou-as para efeito de aposentadoria, faz jus ao recebimento do benefício, convertido em pecúnia, sob pena de enriquecimento ilícito da administração.

4. Havendo prova de que o tempo referente às licenças-prêmio não usufruídas foi utilizado para a contagem de tempo para aposentadoria e a concessão de abono de permanência, incabível sua conversão em pecúnia.

[...]

(Acórdão nº 760429, 20130110174207APO, Relator: SIMONE LUCINDO, Revisor: FLAVIO ROSTIROLA, 1ª Turma Cível, Data de Julgamento: 12/02/2014, Publicado no DJE de 19/02/2014, p. 91)

[...]

1- Os servidores do Distrito Federal fazem jus ao usufruto de três meses de licença-prêmio por assiduidade, a cada cinco anos de exercício ininterruptos, sendo certo que o pedido formulado por servidor aposentado, de conversão em pecúnia do período de licença-prêmio não usufruído e não contado em dobro para efeito de contagem de tempo de serviço, encontra agasalho na disposição contida no artigo 87, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, na redação aplicável, em combinação com a Lei Distrital nº 197/91, aplicáveis ao caso, pois, do contrário, dar-se-ia o enriquecimento sem causa da Administração Pública.

[...]

(Acórdão nº 715777, 20090110084837APC, Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI, Revisor: JOÃO EGMONT, 5ª Turma Cível, Data de Julgamento: 25/09/2013, Publicado no DJE de 30/09/2013, p. 141)

101. Consolidando todas as divergências pecuniárias sobre o presente achado encontradas no curso desta Auditoria, chegou-se aos Quadros III (análise na Tabela II, à fls. 39/45) e IV (análise na Tabela III, à fls. 46/49), a seguir, cujos valores informados deverão ser ressarcidos ao erário, assegurando-se a servidores e pensionistas o contraditório e a ampla defesa no caso de pagamentos de valores maiores que os devidos, ou pagos aos servidores, caso tenham sido realizados a menor:



QUADRO III – DIVERGÊNCIAS NA CONVERSÃO DE LPA EM PECÚNIA (PGDF)

Matrícula	Nome	Motivo	Diferença a maior (+) ou a menor (-)
01924087	DAVID ALMEIDA DE FREITAS Instituidor: ELMA ALVARENGA FREITAS (Matrícula nº 00429880)	Foram pagos 120 dias ao invés de 90.	3.199,18 (+)
01574426	HELEN MARIA DE MORAIS GALDINO	Foi incluído o AQ na base de cálculo.	224,00 (+)
00396435	JANICE PIRES GONCALVES	Foi incluído o AQ na base de cálculo.	1.008,00 (+)
00389048	JESUMAR DE GOIS GONCALVES	Foram pagos 150 dias ao invés de 120.	3.887,25 (+)
01574671	JOSE RICARDO ANDRADE	Foi incluído o AQ na base de cálculo.	560,00 (+)
00229784	MARIA DE FATIMA GOMES FER	Foi incluído o AQ na base de cálculo.	280,00 (+)
00387762	MARIA DO CARMO PEREIRA DAS NEVES	Foi incluído o AQ na base de cálculo.	1.008,00 (+)
00260088	MARIA RITA NUNES FERREIRA	Foi incluído o AQ na base de cálculo.	336,00 (+)
01384147	ROBSON MOURA DA FONSECA	Foi incluído o AQ na base de cálculo.	336,00 (+)
00398489	ROSETE SANTOS	Foi incluído o AQ na base de cálculo.	1.344,00 (+)
0023205X	STELA MARIS FREDERICO CALADO	Foi devolvido o valor recebido a título de abono de permanência decorrente da utilização de 60 dias de LPA não computados para aposentadoria, para, em seguida, serem convertidos em pecúnia esses 60 dias de LPA. Procedimento em desconformidade com a Decisão nº 1.935/2012.	9.627,00 (+)
PAGAMENTOS INDEVIDOS REALIZADOS PELA PGDF A MAIOR (em R\$)			21.809,43 (+)
PAGAMENTOS INDEVIDOS REALIZADOS PELA PGDF A MENOR (em R\$)			0,00 (-)
PREJUÍZO AO ERÁRIO (em R\$)			21.809,43 (+)

QUADRO IV – DIVERGÊNCIAS NA CONVERSÃO DE LPA EM PECÚNIA (DPDF)

Matrícula	Nome	Motivo	Diferença a maior (+) ou a menor (-)
14006928	CARMEN MEIRELLES SAMPAIO	Foi aberto crédito suplementar no valor de R\$ 18.900,00 para pagamento do que era devido à servidora (R\$ 18.867,24). Como todo o valor do crédito suplementar foi pago à servidora, gerou uma diferença a maior.	32,76 (+)
00238589	ESTHER DIAS CRUVINEL	270 dias de LPA usados para abono de permanência, dos quais apenas 90 foram computados para aposentadoria. Os 180 dias usados para fins de abono de permanência, mas não para aposentadoria, foram indevidamente convertidos em pecúnia e também não foi observado o teto constitucional.	167.840,44 (+)
01245945	FLAVIO DA SILVA DE SOUSA	Foi incluída a GAJ na base de cálculo.	1.800,00 (+)
00398802	MARIA IVONE DO NASCIMENTO RAMOS BARBOSA	O ATS foi calculado com base no percentual vigente em setembro/2013 (19%) e não na data da aposentadoria (20%).	324,72 (-)



QUADRO IV – DIVERGÊNCIAS NA CONVERSÃO DE LPA EM PECÚNIA (DPDF) (continuação)			
00304859	NORBERTO MANZELA DE SOUZA	O ATS foi calculado com base no percentual vigente em março/2013 (23%) e não na data da aposentadoria (24%).	288,27 (-)
PAGAMENTOS INDEVIDOS REALIZADOS PELA DPDF A MAIOR (em R\$)			169.673,20 (+)
PAGAMENTOS INDEVIDOS REALIZADOS PELA DPDF A MENOR (em R\$)			612,99 (-)
PREJUÍZO AO ERÁRIO (em R\$)			169.060,21 (+)

FALHAS NOS CONTROLES INTERNOS

102. Deve-se ressaltar que não foi possível fazer a auditoria exclusivamente pelos dados constantes no SIGRH e no SIGRHWB, pois não é lançado no SIGRH o destino do saldo de LPA não usufruído pelo servidor (se contado em dobro para aposentadoria ou se convertido em pecúnia). Do mesmo modo, há casos em que foram verificadas divergências entre as informações constantes no processo de conversão de licença-prêmio em pecúnia e no SIGRH, sendo necessário realizar verificações adicionais para sanar esse problema. Assim, constata-se que os dados constantes no sistema SIGRH nem sempre refletem com fidedignidade o saldo de licença-prêmio a ser convertido em pecúnia, o que configura falha nos processos das jurisdições.

103. Em decorrência dessa falha, constatou-se na DPDF o caso da servidora **Esther Dias Cruvinel** (Processos GDF nºs 0400-000708/2007, 0400-000215/2009 e 0400-000302/2009), no qual períodos contados em dobro para abono de permanência, mas não para aposentadoria⁶, foram convertidos em pecúnia, por falhas no procedimento (o pagamento foi realizado quando o então CEAJUR, atual DPDF, ainda era vinculada à SEJUS – órgão/empresa 028 no SIGRH).

104. Também foram verificados 3 casos na DPDF (servidores **Izabel Pereira da Costa**, **Renato Romano** e **Sandra Maria de Assis Silva**) em que períodos de LPA não necessários para aposentadoria ou abono de permanência foram lançados no Sirac, mesmo a jurisdição tendo realizado a conversão em pecúnia desses períodos, conforme consta na Tabela III (fls. 46/49). Apesar de não ter havido prejuízo ao erário, uma vez que o valor é devido, conforme precedente do TJDF a seguir apresentado, ou aos servidores, mais uma vez ocorreu divergência entre as informações constantes nos processos, nos assentamentos funcionais e nos sistemas SIGRH e SIRAC.

[...]

1. A licença-prêmio não gozada por servidor deve ser convertida em pecúnia, no momento da inatividade, inclusive os dias contados desnecessariamente para fins de aposentadoria.

[...]

(Acórdão n.717985, 20070110648939APC, Relator: ANTONINHO LOPES, Revisor: CRUZ MACEDO, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 02/05/2012, Publicado no DJE de 08/10/2013, p. 162)

⁶ Foram usados para abono de permanência 270 dias de LPA, dos quais apenas 90 foram usados para aposentadoria. A diferença (180 dias), embora tenha sido usada para abono de permanência, também foi indevidamente convertida em pecúnia.



105. E, em determinados casos, os registros do SIGRH não refletem a realidade das concessões e do usufruto das licenças-prêmio por assiduidade, o que foi detectado apenas na PGDF (p. ex., os Processos GDF nº 0020-002865/2009, do servidor **Jesumar de Gois Gonçalves**, e nº 0020-000277/2011, da servidora **Rita Maria Couto da Silva**).

106. Quanto aos aspectos formais da instrução dos processos, deve-se destacar a ausência, nos processos tanto da PGDF quanto da DPDF, de demonstrativo contendo quais rubricas foram e quais não foram computadas para a base de cálculo da conversão de LPA em pecúnia, o que dificulta a verificação e, conseqüentemente, a detecção de falhas, além de reduzir a transparência do procedimento de conversão.

107. Sobre a inconsistência dos registros do SIGRH, as jurisdicionadas devem, em conjunto com o órgão gestor desse sistema (SEAP), garantir a fidedignidade e a integridade dos registros, assegurando que as concessões e os usufrutos lançados reflitam os períodos realmente adquiridos e usufruídos, e que o destino do saldo de LPA também seja cadastrado no SIGRH (se contado em dobro para abono de permanência e/ou aposentadoria ou, ainda, convertido em pecúnia).

108. Além disso, preferencialmente, nos processos de conversão de LPA em pecúnia, devem ser incluídas telas do SIGRH (CADLPA61 ou CADLAR35, por exemplo), ao invés de declarações expedidas pelo órgão, o que evitará inconsistência na transcrição de dados e também assegurará que os registros do SIGRH irão refletir a situação real (como o demonstrativo que está no processo é o que serve de parâmetro para o cálculo da conversão da LPA em pecúnia, quando a jurisdicionada inclui um documento que não sejam cópias das telas do SIGRH, as informações constantes no dossiê funcional podem ser lançadas na declaração expedida, mas não no SIGRH, causando divergência nos dados).

109. As jurisdicionadas também deverão juntar aos processos de conversão de LPA em pecúnia, a partir da ciência da Decisão resultante deste processo, demonstrativos que apontem quais parcelas foram ou não incluídas na base de cálculo, juntamente com os valores e a quantidade de meses ou dias a ser convertida, fazendo com que conste no processo toda a memória de cálculo desses pagamentos.

110. Por fim, com o objetivo de evitar que as irregularidades verificadas venham a se repetir, a SEAP, enquanto órgão gestor do SIGRH, deve expedir, para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Distrital, informando quais rubricas devem ou não incidir na base de cálculo da conversão de licença-prêmio em pecúnia, uniformizando e aperfeiçoando os procedimentos de cálculo dos valores a serem pagos a título de conversão de licença-prêmio em pecúnia, se possível com a implantação no SIGRH de um módulo que calcule e lance na folha de pagamento os valores devidos.



2.1.1.1.13 Transposição dos artigos 8º e 9º da Lei nº 2.715/2001

111. A Lei nº 2.715/2001, em seus arts. 8º e 9º, determinou a transposição dos servidores ativos lotados na PGDF das Carreiras Administração Pública e Assistência Pública em Serviços Sociais para a Carreira Apoio às Atividades Jurídicas, estendendo esse benefício aos inativos e pensionistas que, na data da concessão do benefício, estivessem lotados na PGDF.

Art. 8º Os servidores da Carreira Administração Pública do Distrito Federal e Assistência Pública em Serviços Sociais, lotados e em exercício na Procuradoria-Geral do Distrito Federal, até 30 de abril de 2001, passam a integrar a Carreira Apoio às Atividades Jurídicas, mantidos seus atuais posicionamentos na Tabela de Escalonamento Vertical.

Art. 9º Aplica-se o disposto nesta Lei aos beneficiários de pensão e aos servidores aposentados da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas, bem como àqueles da Carreira Administração Pública do Distrito Federal que, na data da concessão do respectivo benefício, eram lotados na Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

112. Em face disso, o MPJTCDf protocolou a Representação nº 09/2001 (Processo nº 828/2001), questionando a constitucionalidade desses dispositivos.

113. Por meio da Decisão nº 3.506/2003, esta Corte considerou que os arts. 8º e 9º da Lei nº 2.715/2001 não guardariam conformidade com o art. 37, inciso II, da CRFB nem com o art. 19, inciso II, da LODF e, portanto, seriam inconstitucionais. Além disso, com base na Súmula nº 347 do STF, considerou ilegais os apostilamentos realizados pela PGDF, nominando os servidores afetados pela medida, sem óbice para que a Decisão fosse estendida para outros que porventura estivessem na mesma situação.

114. Posteriormente, na Decisão nº 2.409/2004, o TCDf manteve o entendimento anterior, mas admitiu que servidores oriundos do mesmo concurso pudessem ter tratamento isonômico (servidores das Carreiras Administração Pública e Assistência Pública em Serviços Sociais que tivessem ingressado pelo mesmo concurso de servidores da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas poderiam permanecer nesta).

II - determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 1º, item X, da Lei Complementar nº 01/94, promovendo o cancelamento dos atos de transposição de servidores ativos, inativos e pensionistas, praticados com supedâneo nos arts. 8º e 9º da Lei nº 2.715/2001;

III - orientar a jurisdicionada quanto à possibilidade de promover a retificação dos atos de admissão e dos respectivos Termos de Posse, a fim de garantir tratamento isonômico entre os servidores comprovadamente oriundos do mesmo concurso público, desde que com lotação no órgão desde a nomeação;
(Decisão nº 2.409/2004)



115. Em seguida, a PGDF apresentou documentos comprovando o cumprimento das decisões plenárias, retornando alguns para a Carreira Administração Pública (item II da Decisão nº 2.409/2004) e retificando os atos de admissão dos demais para a Carreira de Apoio às Atividades Jurídicas (item III da Decisão nº 2.409/2004), como pode ser visto às fls. 426-430 do Processo nº 828/2001 (cópias às fls. 286/290-Anexo destes autos). O TCDF considerou atendidas as providências definidas na Decisão nº 2.409/2004 e determinou o arquivamento dos autos (Decisão nº 959/2007).

116. Ocorre que, um pouco antes, o MPDFT havia ingressado com a ADI nº 2006.00.2.001827-0, também questionando a constitucionalidade dos mesmos arts. 8º e 9º da Lei nº 2.715/2001. No Acórdão nº 259129 (Diário de Justiça, de 23/11/2006 e de 21/1/2011), o TJDF se manifestou pela procedência da ação, com efeitos *ex tunc* e eficácia *erga omnes*, nos seguintes termos:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 8º E 9º DA LEI DISTRITAL Nº 2.715, DE 01/06/2001. TRANSPOSIÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DE UM CARGO PÚBLICO PARA OUTRO DE CARREIRA DIVERSA, SEM A NECESSÁRIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL FRENTE À LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. PROCEDÊNCIA.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, pelo princípio da simetria, é competente para processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo distrital em face da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tem status de Constituição Estadual. Regulando expressamente tal situação, a Lei 9.868, de 10 de novembro de 1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o STF, acrescentou ao inciso I do artigo 8º da Lei 8.185/91, a alínea "n", que prevê a competência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para processar e julgar, originariamente, "a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Distrito Federal em face da sua Lei Orgânica".

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração (art. 19, inciso II, da LODE).

Os artigos 8º e 9º da Lei Distrital nº 2.715, de 01/06/2001 são manifestamente inconstitucionais, por promoverem transposição funcional dos servidores da Carreira Administração Pública do Distrito Federal e Assistência Pública em Serviços Sociais, para cargo público de carreira diversa - Carreira Apoio às Atividades Jurídicas, sem a necessária aprovação em concurso público, como determina a Lei Orgânica do DF.

Declarada, com efeitos *ex tunc* e *erga omnes*, a inconstitucionalidade material dos artigos 8º e 9º da Lei Distrital nº 2.715, de 01/06/2001.

(Acórdão nº 259129, 20060020018270ADI, Relator: Mário Machado, Conselho Especial, Data de Julgamento: 26/09/2006, Publicado no DJU de 23/11/2006, Seção 3, p. 413)

117. Essa ADI transitou em julgado em 01/12/2010.



118. Comparando os teores do Acórdão TJDFT nº 259129 (Diário de Justiça, de 23/11/2006 e de 21/1/2011) e das Decisões nºs 3.506/2003 e 2.409/2004, verifica-se que são convergentes, salvo quanto à autorização para a retificação dos atos de admissão concedida por esta Corte (item III da Decisão nº 2.409/2004). Essa exceção não se configura em transposição, pois alterou a situação dos servidores desde o ingresso na PGDF, não caracterizando afronta à decisão do TJDFT.

119. Todavia, alguns servidores e pensionistas beneficiados pela transposição da Lei nº 2.715/2001 não foram nominalmente listados na Decisão nº 3.506/2003 e permaneceram na Carreira Apoio às Atividades Jurídicas (atual Carreira dos Servidores da PGDF), não tendo sido possível verificar se foram abrangidos pelo item III da Decisão nº 2.409/2004. Deve-se destacar ainda o caso do servidor ativo **Paulo da Conceição Lopes**, matrícula nº 00393673, que, apesar de constar nas fls. 286/290-Anexo que ele teria retornado para a Carreira Administração Pública (atual Políticas Públicas e Gestão Governamental), encontra-se na Carreira Servidores da PGDF. Todos esses casos detectados foram listados na Tabela IV (fl. 50), o que deve ser objeto de questionamento à PGDF.

120. Cumpre registrar que, caso seja necessário o reenquadramento de servidores e pensionistas na Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental (antiga Carreira de Administração Pública), a partir de setembro/2014 para os ocupantes dos cargos de Agente Jurídico (Carreira dos Servidores da PGDF) e de Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental) e a partir de setembro/2015 para os demais cargos, não implicará em prejuízo financeiro aos que forem afetados, tendo em conta que as Leis nºs 5.190/2013 e 5.192/2013 promoveram a convergência das tabelas remuneratórias, por meio da extinção da GDAT (Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental – art. 23 da Lei nº 5.190/2013) e da GAAJ (Carreira dos Servidores da PGDF – art. 17 da Lei nº 5.192/2013) e da criação da GHPP (Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental – art. 22 da Lei nº 5.190/2013) e da GHAAJ (Carreira dos Servidores da PGDF – art. 15 da Lei nº 5.192/2013), em substituição à GTIT, bem como da equivalência das tabelas de vencimentos, inclusive das classes e padrões (fls. 291/295-Anexo).

121. As diferenças dos valores já pagos, em decorrência das divergências jurídicas, que culminaram na ADI nº 2006.00.2.001827-0 e no Processo TCDF nº 828/2001, podem ser relevadas, em face da Súmula de Jurisprudência TCDF nº 79.

122. Isso posto, deve-se determinar que a PGDF justifique o enquadramento dos servidores e pensionistas listados na Tabela IV (fl. 50) na Carreira Apoio às Atividades Jurídicas (atual Carreira dos Servidores da PGDF) ou, caso verifique a ilicitude da situação, reenquadre eles na carreira à qual pertenciam antes da entrada em vigor da Lei nº 2.715/2001, ou seja, a Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental (antiga Carreira de Administração Pública), dispensando-se a restituição do indébito, nos termos da Súmula de Jurisprudência TCDF nº 79.



2.1.1.1.14 Transposição do artigo 12 da Lei nº 4.516/2010

123. O art. 12 da Lei nº 4.516/2010 autorizou o Poder Executivo a transpor os servidores cedidos ou removidos para o CEAJUR (atual DPDF) para a Carreira de Apoio à Assistência Judiciária, como se vê:

Art. 12. O Poder Executivo poderá redistribuir os cargos dos servidores e empregados públicos atualmente cedidos ou removidos para o CEAJUR, para atender o interesse exclusivo da Administração, ouvida a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, desde que haja manifestação expressa do servidor atingido.

§ 1º O ato de redistribuição somente poderá ocorrer para ajustar a lotação e a força de trabalho às necessidades dos serviços do CEAJUR, observando-se os seguintes requisitos:

I – equivalência de remuneração;

II – manutenção da essência das atribuições do cargo;

III – vinculação entre o grau de responsabilidade e a complexidade das atribuições;

IV – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional;

V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades do órgão.

§ 2º Os servidores ou empregados públicos que não forem redistribuídos permanecerão cedidos ou removidos para o CEAJUR, desde que haja manifestação expressa do interessado.

§ 3º O Poder Executivo deverá enviar, no prazo de 180 dias, projeto de lei que assegure aos servidores do CEAJUR e da Procuradoria-Geral do Distrito Federal a percepção da parcela de que trata o art. 15 da Lei Complementar nº 681, de 16 de janeiro de 2003, de natureza eventual e indenizatória para todos os fins, que não será incorporada ao vencimento nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem.

124. Questionando a constitucionalidade tanto do art. 12 quanto do art. 13 da Lei em questão, o MPDFT ingressou com a ADI nº 2010.00.2.018766-8 e, no Acórdão nº 527713 (Diário de Justiça de 06/08/2012 e DODF de 09/08/2012), o TJDF se manifestou pela procedência da ação, com efeitos *ex tunc* e eficácia *erga omnes*, considerando que houve vício de iniciativa (inconstitucionalidade formal) dos art. 12 e 13 e inconstitucionalidade material do art. 12, nos seguintes termos:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DISTRITAL 4.516/10. VÍCIO FORMAL E MATERIAL.

I - Padece de inconstitucionalidade formal os arts. 12 e 13 da Lei Distrital 4.516/10, visto que, embora o projeto original seja de iniciativa do Governador do Distrito Federal, referidos artigos, inseridos por emenda parlamentar, disciplinaram sobre servidores públicos e provimento de cargos, inclusive com aumento de despesa. Arts. 71, §1º, inc. II, e 72 da LODF.

II - O art. 12 da Lei Distrital 4.516/10 também padece de inconstitucionalidade material, pois previu a transposição de servidores e empregados públicos, sem o necessário concurso público, para cargos diversos dos quais foram aprovados e investidos em serviço público. Afronta ao art. 19, inc. II, da LODF.

III - Declarada a inconstitucionalidade formal e material do art. 12, seus parágrafos e incisos, e formal do art. 13, ambos da Lei Distrital 4.516/10, em face dos arts. 19, inc. II, 71, §1º, inc. II e 72, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal, com efeitos *ex tunc* e eficácia *erga omnes*.

(Acórdão nº 527713, 20100020187668ADI, Relator: VERA ANDRIGHI, Conselho Especial, Data de Julgamento: 09/08/2011, Publicado no DJE de 06/08/2012, p. 41)



125. Essa ADI transitou em julgado em 16/07/2012. Desse modo, nenhum servidor poderia ter permanecido transposto após essa data. Constatou-se que não há nenhum servidor nessa carreira na DPDF (nem mesmo o cadastro da carreira foi localizado no SIGRH, tela TABGER40), em face da ADI e também porque o primeiro concurso para a carreira ainda está em andamento⁷, e, com isso, conclui-se que a situação atual dos servidores da DPDF está de acordo com a decisão do TJDF, que considerou inconstitucional o art. 12 da Lei nº 4.516/2010.

2.1.1.1.15 VPNI Lei nº 2.056/1998 (Horas-extras e Produtividade)

126. A Lei nº 2.056/1998, em seu art. 1º, instituiu a VPNI Produtividade (4%) para os servidores e pensionistas da extinta FSSDF e, em seu art. 2º, a VPNI Horas-extras para servidores e pensionistas das extintas FSSDF e FCDF, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI a parcela correspondente à produtividade de quatro por cento, decorrente de decisão judicial ou administrativa, a que têm direito os servidores ativos, inativos e pensionistas da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Art. 2º Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI a parcela correspondente a horas-extras incorporadas, originárias da Resolução Administrativa nº 69, de 19 de setembro de 1978, da Súmula nº 76 do Tribunal Superior do Trabalho e de decisões judiciais, a que têm direito os servidores ativos, inativos e pensionistas da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e da Fundação Cultural do Distrito Federal.

127. Sobre essas VPNIs, devem incidir apenas os reajustes gerais dos servidores distritais:

Art. 3º Sobre a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI de que tratam os artigos anteriores incidirá o reajuste geral dos servidores do Distrito Federal.

128. Na PGDF, foi constatado que o servidor **Carlos Henrique Matias da Paz**, matrícula nº 01014250, percebe a VPNI Horas-extras e a VPNI Produtividade (4%), enquanto que o servidor **Agenor Alves Damasceno**, matrícula nº 00244368, percebe apenas a VPNI Horas-extras e o servidor **Idemilson de Sousa**, matrícula nº 01015451, a VPNI Produtividade (4%). Além disso, a pensão devida aos beneficiários do ex-servidor **Jorge Luiz Papadopolis Bottega**, matrícula nº 0102096X, foi calculada com base tanto na VPNI Horas-extras quanto na VPNI Produtividade (4%).

129. No primeiro caso, relativo ao servidor **Carlos Henrique Matias da Paz**, matrícula nº 01014250, ambas as VPNIs estão sendo pagas corretamente, em cumprimento às determinações constantes nas Decisões nºs 4.507/2007 e 533/2008 (fl. 296-Anexo).

⁷ Site do concurso para o cargo de Analista de Apoio à Assistência Judiciária – Área Judiciária da DPDF: <http://fgvprojetos.fgv.br/concursos/dpdf>. Acesso em: 11 abr. 2014.



130. Quanto ao servidor **Agenor Alves Damasceno**, matrícula nº 00244368, deve-se registrar que o mesmo fazia *jus* a horas-extras incorporadas à época da vigência da Lei nº 2.056/1998, mas não integrava os quadros da FSSDF ou da FCDF e, portanto, s.m.j., não faz *jus* à VPNI Horas-Extras (Lei nº 2.056/1998, rubrica 1756), mas sim a horas-extras incorporadas, tanto é que à época ele estava lotado na SGA (empresa SIGRH 140), integrava Carreira de Apoio às Atividades Jurídicas e somente teve a rubrica Horas-extras incorporadas (rubrica 1810) alterada para a VPNI Horas-extras (rubrica 1756) em maio/2001, enquanto que, para os servidores abrangidos pela Lei nº 2.056/1998, isso ocorreu em setembro/1998 (fls. 297/299-Anexo).

131. A parcela VPNI Produtividade (4%) paga ao servidor **Idemilson de Sousa**, matrícula nº 00016373, está incorreta, pois ele recebia exatamente o mesmo valor que o servidor **Carlos Henrique Matias da Paz** em 1998 (R\$ 16,56) e, atualmente, enquanto este recebe 16,72 (reajustado apenas em 1% pelo art. 1º da Lei nº 3.172/2003), aquele recebe R\$ 953,52 (fls. 296 e 300-Anexo), o que deve ser corrigido pela PGDF, com a apuração dos valores pagos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário. A fim de esclarecer a questão, a jurisdicionada questionou a SEAP sobre o cálculo dessa parcela (fl. 301-Anexo), mas informou que ainda não obteve retorno.

132. Por fim, quanto à pensão instituída pelo ex-servidor **Jorge Luiz Papadopolis Bottega**, matrícula nº 0102096X, está incorreta a VPNI Produtividade (4%) e a VPNI Horas-extras, além de o redutor do teto constitucional ter sido incluído na base de cálculo da pensão (fl. 302-Anexo), em desconformidade com a Decisão nº 4.491/2012. Os valores corretos das VPNI Produtividade e Horas-extras são, respectivamente, R\$ 16,16 e R\$ 420,78 (valores devidos em setembro/1998, reajustados em 1% pelo art. 1º da Lei nº 3.172/2003). Isso posto, a PGDF deve corrigir, na tela CADPVT09 (base de cálculo da pensão), os valores das VPNI Produtividade e Horas-extras para R\$ 16,16 e R\$ 420,78, respectivamente, excluir da base de cálculo da pensão o redutor de teto (Decisão nº 4.491/2012) e apurar os valores pagos a maior ou a menor, observados o contraditório e a ampla defesa, para fins de ressarcimento ao erário ou pagamento aos beneficiários da pensão.

2.1.1.1.16 Parcela Complementar PCAUPORT (Leis nºs 5.190/2013 e 5.192/2013)

133. A partir da entrada em vigor da Lei nº 4.278/2008 (23/12/2008), a especialidade Agente de Portaria de algumas carreiras, dentre elas as antigas Carreiras Administração Pública (atual Políticas Públicas e Gestão Governamental) e Apoio às Atividades Jurídicas (atual Servidores da PGDF), passaram a ter vencimento básico superior ao devido aos demais ocupantes dos cargos que ocupavam (no caso da Carreira Administração Pública, o cargo era denominado Auxiliar de Administração Pública, atual Técnico de Políticas Públicas e Gestão Governamental, e, na Carreira Apoio às Atividades Jurídicas, Auxiliar de Apoio às Atividades Jurídicas, atual Agente Jurídico).

134. Essa vantagem foi suprimida pelos artigos 27 da Lei nº 5.190/2013 (Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental) e 16 da Lei nº 5.192/2013 (Carreira Servidores da PGDF), mas os ocupantes do cargo à época da entrada em vigor dessa Lei passaram a fazer *jus* à Parcela Complementar denominada PCAUPORT.



135. Neste item, buscou-se verificar basicamente se os servidores que recebem a parcela PCAUPT realmente eram da especialidade Agente de Portaria antes da entrada em vigor da Lei nº 4.278/2008 e se os valores que estão sendo pagos estão corretos.

136. Em primeiro lugar, serão apresentados os casos de 6 servidoras e pensionistas, todas da PGDF, que somente foram cadastrados como sendo agentes de portaria após janeiro/2009. São elas:

Quadro V – Servidoras e Pensionistas que só foram cadastradas como Agente de Portaria após janeiro/2009		
Matrícula	Servidora	Tipo de servidora
00390143	MARISA DA SILVA DE SALES	Ativa
0012804X	IRENE ALVES DE SOUZA SILVA	Inativa
00331694	JOVINA LOPES SALES	Pensionista
00376787	FRANCISCA MATIAS DE O DA CRUZ	Pensionista
01083686	EMILIANA FERNANDES LIMA	Pensionista
16532155	VALESCA ADRIANA CRUZ	Pensionista

137. Dessas, foi possível verificar que **Marisa da Silva de Sales**, matrícula nº 00390143, foi nomeada como Agente de Portaria no DODF de 10/08/1993 (fl. 303-Anexo); **Irene Alves de Souza Silva**, matrícula nº 0012804X, era originalmente ocupante do cargo de Agente de Portaria, tendo sido transposta pela Lei nº 43/1989 para a Carreira Apoio às Atividades Jurídicas (fl. 304-Anexo); e há registros de que **José Olímpio da Cruz**, matrícula nº 00014117, instituidor das pensionistas **Francisca Matias de O. da Cruz**, matrícula nº 00376787, e **Valesca Adriana Cruz**, matrícula nº 16532155, também ocupava o cargo de Agente de Portaria (fls. 305/307-Anexo). Sendo assim, pode-se considerar que esses casos estão regulares.

138. Por outro lado, não foi possível ter acesso em tempo hábil aos dossiês funcionais dos ex-servidores **Antoninho Ferreira Lima**, matrícula nº 00117161, e **José Lopes de Oliveira**, matrícula nº 00173614, instituidores, respectivamente, das pensões de **Emiliana Fernandes Lima**, matrícula nº 01083686, e de **Jovina Lopes Sales**, matrícula nº 00331694. Considerando que há dúvidas quanto ao direito das pensionistas, deve a PGDF apresentar documentos que comprovem que os ex-servidores **Antoninho Ferreira Lima**, matrícula nº 00117161, e **José Lopes de Oliveira**, matrícula nº 00173614, ocuparam o cargo/especialidade Agente de Portaria.

139. Quanto ao valor da parcela, foi observada divergência entre os valores devido e pago à servidora inativa **Maria de Fátima Gomes**, matrícula nº 03923738, que teve seu abono analisado nesta auditoria nos termos da Decisão nº 77/2007. Isso já foi corrigido no curso da auditoria pela jurisdição e os valores pagos indevidamente (R\$ 50,00 entre outubro/2013 e janeiro/2014, totalizando R\$ 200,00), já ressarcidos ao erário no mês de fevereiro/2014, conforme fls. 308/309-Anexo.

140. Além desse caso, também foram constatadas possíveis divergências nos seguintes casos, o que requer manifestação por parte das jurisdições (cálculos às fls. 310/312-Anexo). Se os valores estiverem incorretos, as jurisdições deverão proceder aos devidos ajustes, com ressarcimento ao erário ou pagamento aos servidores das diferenças, assegurando, no primeiro caso, o contraditório e a ampla defesa. Caso contrário, deverão apresentar o cálculo que resultou nos valores que estão sendo pagos.



Quadro VI – Divergências nos valores devidos na Parcela Complementar PCAUPORT (PGDF e DPDF)				
Órgão	Matrícula	Servidor	Valor pago	Valor devido
PGDF	0034432X	MARCOS ANTONIO ALMEIDA DINIZ	R\$ 1.174,75	R\$ 1.183,64
PGDF	00387762	MARIA DO CARMO PEREIRA DAS NEVES	R\$ 884,08	R\$ 859,03
DPDF	0038982X	YEDA PATRICIA RODRIGUES DIAS	R\$ 1.086,00	R\$ 1.152,68

2.1.1.1.17 Art.135 c/c art. 39, § 4º, da CRFB (subsídio para as Carreiras Procurador do DF, Defensor Público do DF e Assistência Judiciária do DF)

141. Atualmente, tanto os Procuradores quanto os Defensores Públicos do DF são remunerados por vencimentos, com acréscimo de outras parcelas (remuneração), conforme disposto nas LCs nºs 681/2003 e 828/2010 e na Lei nº 5.173/2013.

142. Acontece que o art. 135 c/c o art. 39, § 4º, da CRFB, com a redação da EC nº 19/1998, dispõe que ambas as carreiras devem ser remuneradas por subsídio, como se vê:

Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II [Advocacia Pública] e III [Advocacia e Defensoria Pública] deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º.

Art. 39. § 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

143. Esse também é o entendimento da doutrina:

Pela EC nº 19/1998, que traçou as regras gerais pertinentes à reforma administrativa do Estado, passou a ser denominada de “subsídio” a remuneração do membro de Poder, do detentor de cargo eletivo, dos Ministros de Estado e dos Secretários Estaduais e Municipais, conforme a nova redação do art. 39, § 4º, da CF, bem como a remuneração dos membros do Ministério Público (art. 128, § 5º, I, “c”, da CF) e dos integrantes da Defensoria Pública e da Advocacia Pública, incluindo-se nesta as Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal (art. 135 c/c arts. 131 e 133, o primeiro com remissão ao art. 39, § 4º). [...]

(CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 26. ed. rev., ampl. e atual. até 31-12-2012. São Paulo: Atlas, 2013. p. 741. grifos nossos)

Serão **obrigatoriamente** remunerados por subsídios:

[...]

c) os integrantes da **Advocacia Geral da União**, os **Procuradores dos Estados e do Distrito Federal** e os **Defensores Públicos** (art. 135, com a redação da Emenda nº 19);

[...]

(DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 612. grifos no original)



[...] Os servidores integrantes das carreiras relativas à Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal e da Defensoria Pública (art. 135) e os servidores das Polícias Federal, Ferroviária Federal, Civil, Militares e Corpos de Bombeiros Militares (art. 144, §9º) não são agentes políticos, uma vez que a Carta Magna, nos dispositivos citados, quando a eles se refere, chama-os de “servidores”, e, por isso mesmo, determina que “serão remunerados na forma do art. 39, § 4º”, ou que cada remuneração “será fixada na forma do § 4º do art. 39”, sem falar em “subsídio”, como o fez no art. 128, § 5º, I, “c”. Como se vê, diante do art. 39, § 4º, os agentes políticos só podem receber subsídio. Os demais agentes públicos poderão ter remuneração fixada “nos termos” ou “na forma” do § 4º do art. 39, sendo que para alguns servidores a própria Carta Política já se antecipou, determinando que seria fixada na forma desse dispositivo, ou seja, exclusivamente em parcela única (arts. 135 e 144, § 9º, c/c o art. 39, §§ 8º e 4º).

[...]

Como demonstrado no cap. II, os servidores integrantes das carreiras relativas à Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal e da Defensoria Pública, bem como os servidores policiais das Polícias Federal, Ferroviária Federal, Civil, Militares (não os das Forças Armadas) e Corpos de Bombeiros Militares, por força dos arts. 135 e 144, § 9º, da CF, embora não sejam agentes políticos, também serão obrigatoriamente remunerados “na forma do art. 39, § 4º”.

(MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito Administrativo Brasileiro**. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 81 e 545-546. grifos nossos)

144. Além disso, no âmbito federal, os Advogados e Defensores Públicos da União são remunerados por subsídio, em consonância com a CRFB, nos termos do art. 1º da Lei nº 11.358/2006, com redação dada pela Lei nº 11.490/2007⁸:

Art. 1º A partir de 1º de julho de 2006 e 1º de agosto de 2006, conforme especificado nos Anexos I, II, III e VI desta Lei, respectivamente, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos cargos das seguintes Carreiras:

- I - Procurador da Fazenda Nacional;
- II - Advogado da União;
- III - Procurador Federal;
- IV - Defensor Público da União;
- V - Procurador do Banco Central do Brasil;

[...]

§ 1º Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos integrantes dos quadros suplementares da Advocacia-Geral da União de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

§ 2º Os valores do subsídio dos integrantes das Carreiras de que trata o caput deste artigo são os fixados nos Anexos I, II, III e VI desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas neles especificadas.

Art. 2º Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos integrantes das Carreiras e quadros suplementares de que tratam os incisos I a V do caput deste artigo e o § 1º do art. 1º desta Lei as seguintes parcelas remuneratórias:

- I - vencimento básico;

⁸ O subsídio atual está definido na Lei nº 12.775/2012.



- II - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ;
- III – pró-labore de que tratam a Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, e o art. 4º da Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002; e
- IV - vantagem pecuniária individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.

145. Ao contrário do DF, diversos Estados adequaram suas legislações ao que determina a CRFB, como se vê nas diversas normas a seguir listadas (grifo nosso):

Art. 2º. Fica instituída, conforme exigido pelo art. 135 da Constituição da República, a remuneração na forma de subsídio para os integrantes da carreira típica de Estado, de Procurador do Estado do Paraná, vedado o acréscimo de quaisquer outras verbas salvo as estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. Estão compreendidas no regime de subsídio, e por ele extintas, as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

- I - vencimento básico;
- II - adicional por tempo de serviço anterior à Emenda Constitucional nº 19;
- III - adicional por tempo de serviço;
- IV - gratificação de representação;
- V - gratificação de prêmio de produtividade;
- VI - vantagem pessoal;
- VII - gratificação fixa de cargo de provimento em comissão;
- VIII - gratificação prevista no Decreto nº 3.105, de 6 de maio de 1997;
- IX - representação de gabinete DAS;
- X - gratificação de representação tipo II;
- XI - gratificação prevista na Lei nº 7.074, de 2 de janeiro de 1979;
- XII - diferença de vencimentos Ministério Público-Tribunal de Contas;
- XIII - diferença de remuneração da Lei nº 14.554, de 6 de dezembro de 2004;
- XIV - função gratificada incorporada a proventos de aposentadoria e pensões. (Estado do Paraná. LC nº 161/2013, publicada no DOE/PR de 03/10/2013)

Art. 1º - O subsídio mensal do Procurador-Geral do Estado e dos Procuradores do Estado Classe Superior fica fixado em R\$ 22.111,25 (vinte e dois mil, cento e onze reais e vinte e cinco centavos), a partir de 1º de novembro de 2010.

§ 1º - O subsídio mensal do Procurador-Geral do Estado e dos Procuradores do Estado Classe Superior será implementado em 1º de março de 2010, no valor de R\$ 19.900,12 (dezenove mil, novecentos reais e doze centavos).

§ 2º - A alteração do valor nominal do subsídio fixado no "caput" dependerá de lei específica de iniciativa privativa do Poder Executivo, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

(Estado do Rio Grande do Sul. Lei nº 13.326/2009, publicada no DOE/RS de 23/12/2009)

Art. 1º. Os subsídios dos membros da Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, organizada nos termos do art. 132 da Constituição Federal, serão fixados com base na posição hierárquica do cargo, identificada por categorias, e na progressão funcional na carreira, determinada pela experiência profissional acumulada no exercício do cargo.

§ 1º Os subsídios que identificam a posição hierárquica serão estabelecidos, a partir da categoria inicial, com diferença igual a dez por cento, de uma para outra categoria.

§ 2º Os subsídios que representam a progressão funcional serão definidos em oito níveis, mediante acréscimos sucessivos, ao subsídio imediatamente anterior, de cinco por cento do subsídio inicial do cargo, o qual corresponde ao fixado para cada cargo da carreira, conforme disposto no § 1º deste artigo.

(Estado do Mato Grosso do Sul. Lei nº 2.377/2001, de 26/12/2001)



Art. 49º Os Procuradores do Estado do Piauí serão remunerados pelo regime de subsídio, fixado em parcela única, nos termos de lei específica.

§ 1º Observada a situação pessoal de cada Procurador ativo e inativo ou pensionista, o subsídio de que trata esta Lei e a respectiva Lei específica compreende e absorve as seguintes verbas remuneratórias que atualmente sejam percebidas:

- I - vencimento do respectivo cargo;
- II - gratificação de representação;
- III - gratificação adicional por tempo de serviço;
- IV - progressão.

§ 2º A percepção do subsídio não exclui o pagamento, na forma da legislação aplicável, das seguintes verbas:

- I - décimo terceiro salário;
 - II - adicional de férias;
 - III - gratificação pelo exercício de cargo em comissão;
 - IV - vantagens de natureza indenizatória;
 - V - honorários, distribuídos entre os Procuradores do Estado em atividade, na forma do art. 74 desta Lei;
 - VI - gratificação incorporada pelo exercício de cargo em comissão;
 - VII - adicional de substituição;
 - VIII - do adicional de magistério.
- [...]

Art. 51º Os valores dos subsídios dos cargos da Carreira de Procurador do Estado são os fixados em lei específica, respeitada a diferença de cinco por cento entre cada classe.

(Estado do Piauí. LC nº 56/2005, publicada no DOE/PI de 01/11/2005)

Art. 1º O subsídio dos membros da Defensoria Pública é o fixado no Anexo I desta Lei, a partir de 1º de setembro de 2007.

Art. 2º O subsídio do Defensor Público-Geral, do Subdefensor Público-Geral e do Corregedor-Geral é o fixado no Anexo II desta Lei, a partir de 1º de setembro de 2007.

(Estado de Minas Gerais. Lei nº 17.162/2007, publicada no DOE/MG de 27/11/2007)

Art. 1º Os Defensores Públicos do Estado de Goiás serão remunerados pelo regime de subsídio, fixado em parcela única, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. A percepção do subsídio ora fixado não exclui o pagamento, na forma da lei, exclusivamente das seguintes verbas:

- I – décimo terceiro salário;
- II – adicional de férias;
- III – subsídio devido pelo exercício de cargo em comissão;
- IV – função comissionada.

Art. 2º Os subsídios dos cargos de Defensor Público do Estado são aqueles fixados no Anexo Único desta Lei.

(Estado de Goiás. Lei nº 16.779/2009, publicada no DOE/GO de 16/11/2009)

Art. 1º A partir de 1º de outubro de 2008, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos cargos da carreira de Defensor Público do Estado da Paraíba.

(Estado da Paraíba. Lei nº 8.680/2008, publicada no DOE/PB de 06/11/2008)



Art. 71º Os Defensores Públicos serão remunerados pelo regime de subsídio, fixado em parcela única, nos termos de lei específica, com diferença de 5% (cinco por cento) de uma categoria para outra, a partir do fixado para o cargo de Defensor Público de Categoria Especial.

§ 1º Observada a situação pessoal de cada Defensor ativo e inativo ou pensionista, o subsídio de que trata esta Lei e a respectiva Lei específica compreende e absorve as seguintes verbas remuneratórias que atualmente sejam percebidas:

- I - vencimento;
- II - gratificação de representação;
- III - adicional por tempo de serviço;
- IV - progressão.

§ 2º A percepção do subsídio não exclui o pagamento, na forma da legislação aplicável, das seguintes verbas:

- I - décimo terceiro salário;
- II - adicional de férias;
- III - gratificação pelo exercício de cargo em comissão;
- IV - vantagens de natureza indenizatória;
- V - gratificação incorporada pelo exercício de cargo em comissão;
- VI - gratificação por encargo especial;
- VII - gratificação de substituição;
- VIII - adicional de magistério.

§ 3º Ressalvados os valores correspondentes a indenizações, adicional de férias e 13º salário, a soma do subsídio com as demais vantagens não poderá exceder o teto previsto pelo inciso XI, do artigo 37 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003.

(Estado do Piauí, LC nº 59/2005, publicada no DOE/PI de 01/12/2005)

146. Assim, esta Corte deverá dar ciência ao Governador do Distrito Federal do descumprimento do art. 135 da CRFB, bem como recomendar a adoção de providências para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sejam elaborados e encaminhados à CLDF projeto(s) de lei visando a adequar o sistema remuneratório das Carreiras Procurador do DF, Defensor Público do DF e Assistência Judiciária do DF (esta em extinção) ao disposto no art. 39, § 4º, da CRFB (remuneração por subsídio).

2.1.1.2 Causas e Efeitos

147. As irregularidades detectadas decorrem de falhas de controle, que devem ensejar atenção e medidas corretivas por parte das jurisdicionadas.

2.1.1.3 Proposições

148. Isso posto, podem ser tidos por regulares os pagamentos dos vencimentos, dos proventos básicos e da representação DFG/DFA, partindo-se da premissa de que os cargos, as classes e os padrões cadastrados no SGRH estão corretos; as parcelas pagas aos servidores cedidos (não há pagamentos indevidos ou em duplicidade); e os lançamentos no SGRH dos provimentos e desligamentos que ocorreram em 2013. Além disso, foi verificado se havia vários pagamentos para uma mesma conta bancária em ambas as jurisdicionadas, mas não foi detectada nenhuma irregularidade, e que a DPDF seguiu o disposto no Acórdão nº 527713 (ADI nº 2010.00.2.018766-8), que declarou inconstitucionais os artigos 12 e 13 da Lei nº 4.516/2010.



149. Ademais, deve-se determinar que:

a) a PGDF e a DPDF:

- 1) justifiquem os valores que vêm sendo pagos a título de ATS aos servidores inativos listados na Tabela I (fl. 38) ou os corrijam, atentando a PGDF de que a divergência quanto ao valor pago ao servidor **Carlos Odorico Vieira Martins**, matrícula nº 00701807, decorre da inclusão da rubrica acordo judicial (1067) na base de cálculo do ATS;
- 2) levantem os valores pagos, para fins de ressarcimento ao erário, a todos os servidores que perceberam, na vigência da LC nº 840/2011, o adicional de férias com base de cálculo superior ao teto constitucional vigente à época do usufruto das férias, o que ocorreu até outubro/2012, observados os devidos contraditório e ampla defesa, ou, caso já tenham realizado esse procedimento, comprovem que esses valores foram ressarcidos ao erário;
- 3) informem as bases legais que fundamentam o afastamento de férias dos Procuradores e Defensores Públicos do DF nos moldes hoje praticados (60 dias anuais);
- 4) exijam comprovação da realização de despesa com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, em consonância com a natureza da indenização de transporte e com o disposto no art. 106 da LC 840/2011;
- 5) para evitar inconsistências na transcrição de dados, preferencialmente, nos processos de conversão de licença-prêmio em pecúnia, incluam telas do SIGRH (CADLPA61 ou CADLAR35, por exemplo), ao invés de declarações expedidas pelo órgão, o que assegurará que os registros do SIGRH irão refletir a situação real;
- 6) juntem aos processos de conversão de licença-prêmio em pecúnia, a partir da ciência da Decisão resultante deste processo, demonstrativos que apontem quais parcelas foram ou não incluídas na base de cálculo, juntamente com os valores e a quantidade de meses ou dias a ser convertida, fazendo com que conste no processo toda a memória de cálculo desses pagamentos;
- 7) manifestem-se quanto às divergências apontadas no Quadro VI (fl. 90), referentes ao valor pago na parcela PCAUPT; se os valores estiverem incorretos, as



jurisdicionadas deverão proceder aos devidos ajustes, com ressarcimento ao erário ou pagamento aos servidores das diferenças, assegurando, no primeiro caso, o contraditório e a ampla defesa; caso contrário, deverão apresentar o cálculo que resultou nos valores que estão sendo pagos;

b) a PGDF:

1) reavalie a pensão das filhas maiores solteiras **Simone Antônia Machado**, matrícula nº 0038609X, e **Bernadet Antônia Machado**, matrícula nº 00388173, para corrigir a proporcionalidade para 18/35 avos, reduzir o ATS para 17% ou justificar a situação atual (proporcionalidade de 17/35 avos e ATS de 18%), bem como apure se esta última pensionista mantém união estável com **Agostinho Lopes de Almeida**, portador do CPF nº 728.952.841-72, apresentando esclarecimentos e documentação comprobatória da situação e providências adotadas, observando o disposto na Decisão nº 1.327/2007 (Processo nº 30.067/2006);

2) apure, para fins de ressarcimento ao erário, o valor do auxílio-alimentação proporcional aos dias não trabalhados pago aos servidores **Abrahão Bento Noletto**, matrícula nº 02269813, e **Luciano D. dos Santos Melo Livino**, matrícula nº 02269856, referentes ao mês de ingresso no órgão (março/2014);

3) refaça a planilha de fl. 07 do Processo nº 0020-001236/2014, que trata do ressarcimento ao erário de valores erroneamente pagos a título de opção 40 horas à servidora **Grace Adelaide Freitas de Abreu**, matrícula nº 01581236, para incluir os valores pagos indevidamente a título de GAAJ (fevereiro a agosto/2013) e alterar o valor da devolução do 1/3 de férias, de modo a incluir na base de cálculo a GHAAJ (dezembro/2013), assegurando o ressarcimento integral ao erário do montante devido, corretamente atualizado, garantindo à servidora, novamente, prazo para que possa exercer seu direito de defesa;

4) apure, para fins de ressarcimento ao erário, para os servidores que recebiam a Opção 40 horas e o ATS entre outubro/2009 e maio/2012, os valores pagos indevidamente decorrentes da incidência da Opção 40 horas sobre o ATS e vice-versa, causando efeito cascata e prejuízo ao erário de 4/9 x percentual do ATS x vencimento básico da jornada de 30 horas;



- 5) suspenda o pagamento do auxílio-alimentação ao servidor **Elienai Rodrigues Melo**, matrícula nº 01754416, que recebe a mesma parcela na Presidência da República, e apure os valores pagos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, salvo se o servidor comprovar que abriu mão dessa parcela na Presidência da República e ressarcir os valores percebidos indevidamente naquele órgão;
- 6) levante os valores não pagos aos servidores pela não inclusão da VPNI do art. 43 da Lei nº 4.426/2009 (rubrica 1393) na base de cálculo do adicional de férias;
- 7) justifique os pagamentos que vêm sendo realizados aos servidores listados no Quadro II (fl. 75) a título de auxílio-transporte e de indenização de transporte, esclarecendo se houve pagamentos concomitantes dessas duas parcelas. Caso a resposta seja afirmativa, deverá realizar os ajustes necessários, a fim de evitar o pagamento concomitante das mesmas, em cumprimento ao art. 107, § 2º, inciso IV, da LC nº 840/2011, bem como proceder ao levantamento dos valores pagos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário;
- 8) providencie o ressarcimento ao erário ou o pagamento aos servidores dos valores indevidamente pagos/não pagos a título de conversão de licença-prêmio em pecúnia (Quadro III, à fl. 80);
- 9) justifique o enquadramento dos servidores e pensionistas listados na Tabela IV (fl. 50) na Carreira Apoio às Atividades Jurídicas (atual Carreira dos Servidores da PGDF) ou, caso verifique a ilicitude da situação, reenquadre-os na carreira à qual pertenciam antes da entrada em vigor da Lei nº 2.715/2001, ou seja, a Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental (antiga Carreira de Administração Pública), dispensando-se a restituição do indébito, nos termos da Súmula de Jurisprudência TCDF nº 79;
- 10) altere a rubrica referente a horas-extras incorporadas devidas ao servidor **Agenor Alves Damasceno**, matrícula nº 00244368, uma vez que vem sendo paga como sendo VPNI Horas-Extras (Lei nº 2.056/1998, rubrica 1756), que ele não faz *jus*;
- 11) corrija o valor da VPNI Produtividade (4%), devida ao servidor **Idemilson de Sousa**, matrícula nº 00016373, para R\$



16,72 (R\$ 16,56 devidos em 1998, corrigidos em 1% pela Lei nº 3.172/2003);

12) quanto à pensão instituída pelo ex-servidor **Jorge Luiz Papadopolis Bottega**, matrícula nº 0102096X, altere, na tela CADPVT09 (base de cálculo da pensão), os valores das VPNI's Produtividade e Horas-extras para R\$ 16,16 e R\$ 420,78, respectivamente, exclua da base de cálculo da pensão o redutor de teto (Decisão nº 4.491/2012) e apure os valores pagos a maior ou a menor, observados o contraditório e a ampla defesa, para fins de ressarcimento ao erário ou pagamento aos beneficiários da pensão;

13) apresente documentos que comprovem que os ex-servidores **Antoninho Ferreira Lima**, matrícula nº 00117161, e **José Lopes de Oliveira**, matrícula nº 00173614, ocuparam o cargo/especialidade Agente de Portaria, tendo em vista que as beneficiárias das pensões instituídas por eles, **Emiliana Fernandes Lima**, matrícula nº 01083686, e de **Jovina Lopes Sales**, matrícula nº 00331694, respectivamente, percebem a Parcela Complementar PCAUपोर्ट;

c) a DPDF:

1) atualize no SIGRH o cadastro dos servidores cedidos (CADHCR31/CADHCR01);

2) justifique os valores referentes à parcela "Opção 40 horas" pagos aos servidores **Osmar Ferreira Barbosa**, matrículas nº 01098152 (DPDF) e nº 01415190 (SESDF), e **Célia Regina de Souza**, matrículas nº 01103792 (DPDF) e nº 01387421 (SESDF), ambos requisitados da SESDF, ou envie esforços junto à SESDF no sentido de corrigir a parcela "Opção 40 horas" e outras que estiverem com os valores deficitários, observando, se for o caso, o que dispõe a LC nº 840/2011, em seus arts. 154 e 155; caso se confirme que estão incorretos, realize o levantamento de todo o período, observada a prescrição quinquenal, efetuando eventuais compensações a menor ou a maior;

3) ajuste a indenização de transporte paga ao servidor **Wagner Rios Filho**, matrícula nº 02163748, ao que dispõe o Decreto nº 13.447/1991, alterado pelo Decreto nº 26.077/2005, bem como levante o montante pago (Resolução nº 36/2006) e o que é devido (Decreto nº 13.447/1991 c/c Decreto nº 26.077/2005), para fins de compensação e de reposição dos



valores pagos indevidamente ao erário, tendo em conta que no atual vínculo ele não é Defensor Público e, portanto, não pode receber a indenização de transporte com base na Resolução nº 36/2006;

4) providencie o ressarcimento ao erário ou o pagamento aos servidores dos valores indevidamente pagos/não pagos a título de conversão de licença-prêmio em pecúnia (Quadro IV, às fls. 80/81);

d) a SEAP:

1) altere a fórmula da rubrica “Opção 40 horas” (1710), de modo a realizar o pagamento dessa parcela com base na jornada de trabalho da carreira dos servidores, conforme motivos expostos nos parágrafos 30 e 31 deste Relatório;

2) altere a(s) fórmula(s) da(s) rubrica(s) do adicional de férias dos servidores ativos, para incluir na base de cálculo a VPNI do art. 43 da Lei nº 4.426/2009 (rubrica 1393);

3) adapte o módulo de concessões e usufrutos de licença-prêmio no SIGRH, para permitir que o destino do saldo de LPA também seja cadastrado nesse Sistema (se contado em dobro para abono de permanência e/ou aposentadoria ou, ainda, convertido em pecúnia), expedindo ofício circular a todas as jurisdições com as orientações sobre o modo de usar esse módulo, bem como bloqueie o SIGRH para impedir o pagamento da conversão de licença-prêmio em pecúnia até que tenha sido cadastrado o destino de todo o saldo de LPA;

4) expeça ofício circular, para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Distrital, informando quais rubricas devem ou não incidir na base de cálculo da conversão de licença-prêmio em pecúnia, uniformizando e aperfeiçoando os procedimentos de cálculo dos valores a serem pagos a título de conversão de licença-prêmio em pecúnia, se possível com a implantação no SIGRH de um módulo que calcule e lance na folha de pagamento os valores devidos;

150. Por fim, cabe dar ciência ao Governador do Distrito Federal do descumprimento do art. 135 da CRFB, bem como recomendar a adoção de providências para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sejam elaborados e encaminhados à CLDF projeto(s) de lei visando a adequar o sistema remuneratório das Carreiras Procurador do DF, Defensor Público do DF e Assistência Judiciária do DF (esta em extinção) ao disposto no art. 39, § 4º, da CRFB (remuneração por subsídio).



3 CONCLUSÃO

151. A par dos resultados apurados no decorrer dos trabalhos da presente Auditoria de Regularidade, levada a efeito na PGDF e na DPDF, a equipe designada conclui pela regularidade, com ressalvas, dos pagamentos de parcelas remuneratórias realizados a servidores ativos, inativos e pensionistas.

152. Por fim, convém determinar às jurisdicionadas que, observadas as exceções já constantes no Relatório, apurem os valores porventura recebidos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, por servidores ativos, inativos e pensionistas, em decorrência da presente fiscalização.

DIGITALIZADO



4 PROPOSIÇÕES

153. Pelo exposto, sugere-se:

I. tomar conhecimento do presente relatório e dos documentos juntados aos autos às fls. 1/50 e no Anexo;

II. ter por regulares:

a) os pagamentos dos vencimentos e proventos básicos e da representação DFG/DFA, partindo-se da premissa de que os cargos, as classes e os padrões cadastrados no SGRH estão corretos;

b) as parcelas pagas aos servidores cedidos (não há pagamentos indevidos ou em duplicidade);

c) os lançamentos no SGRH dos provimentos e desligamentos que ocorreram em 2013;

d) o cumprimento pela DPDF do disposto no Acórdão nº 527713 (ADI nº 2010.00.2.018766-8), que declarou inconstitucionais os artigos 12 e 13 da Lei nº 4.516/2010;

e) a multiplicidade de pagamentos para uma mesma conta bancária (foram detectados 2 casos, que estão corretos);

III. determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal e à Defensoria Pública do Distrito Federal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a adoção das seguintes providências, necessárias ao exato cumprimento da lei, enviando ao Tribunal a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas:

a) a ambas as jurisdicionadas que:

1) justifiquem os valores que vêm sendo pagos a título de ATS aos servidores inativos listados na Tabela I (fl. 38) ou os corrijam, atentando a PGDF de que a divergência quanto ao valor pago ao servidor **Carlos Odorico Vieira Martins**, matrícula nº 00701807, decorre da inclusão da rubrica acordo judicial (1067) na base de cálculo do ATS;

2) levatem os valores pagos, para fins de ressarcimento ao erário, a todos os servidores que perceberam, na vigência da LC nº 840/2011, o adicional de férias com base de cálculo superior ao teto constitucional vigente à época do usufruto das férias, o que ocorreu até outubro/2012, observada a prescrição quinquenal e os devidos contraditório e ampla defesa, ou, caso já tenham realizado esse procedimento, comprovem que esses valores foram ressarcidos ao erário;

3) informem as bases legais que fundamentam o afastamento de férias dos Procuradores e Defensores Públicos do DF nos moldes hoje praticados (60 dias anuais);

4) exijam comprovação da realização de despesa com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, em consonância com a natureza da indenização de transporte e com o disposto no art. 106 da LC 840/2011;



5) para evitar inconsistências na transcrição de dados, preferencialmente, nos processos de conversão de licença-prêmio em pecúnia, incluam telas do SIGRH (CADLPA61 ou CADLAR35, por exemplo), ao invés de declarações expedidas pelo órgão, o que assegurará que os registros do SIGRH irão refletir a situação real;

6) juntem aos processos de conversão de licença-prêmio em pecúnia, a partir da ciência da Decisão resultante deste processo, demonstrativos que apontem quais parcelas foram ou não incluídas na base de cálculo, juntamente com os valores e a quantidade de meses ou dias a ser convertida, fazendo com que conste no processo toda a memória de cálculo desses pagamentos;

7) manifestem-se quanto às divergências apontadas no Quadro VI (fl. 90), referentes ao valor pago na parcela PCAUPOINT; se os valores estiverem incorretos, as jurisdicionadas deverão proceder aos devidos ajustes, com ressarcimento ao erário ou pagamento aos servidores das diferenças, assegurando, no primeiro caso, o contraditório e a ampla defesa; caso contrário, deverão apresentar o cálculo que resultou nos valores que estão sendo pagos;

b) à PGDF que:

1) reavalie a pensão das filhas maiores solteiras **Simone Antônia Machado**, matrícula nº 0038609X, e **Bernadet Antônia Machado**, matrícula nº 00388173, para corrigir a proporcionalidade para 18/35 avos, reduzir o ATS para 17% ou justificar a situação atual (proporcionalidade de 17/35 avos e ATS de 18%), bem como apure se esta última pensionista mantém união estável com **Agostinho Lopes de Almeida**, portador do CPF nº 728.952.841-72, apresentando esclarecimentos e documentação comprobatória da situação e providências adotadas, observando o disposto na Decisão nº 1.327/2007 (Processo nº 30.067/2006);

2) apure, para fins de ressarcimento ao erário, o valor do auxílio-alimentação proporcional aos dias não trabalhados pago aos servidores **Abraão Bento Noleto**, matrícula nº 02269813, e **Luciano D. dos Santos Melo Livino**, matrícula nº 02269856, referentes ao mês de ingresso no órgão (março/2014);

3) refaça a planilha de fl. 07 do Processo nº 0020-001236/2014, que trata do ressarcimento ao erário de valores erroneamente pagos a título de opção 40 horas à servidora **Grace Adelaide Freitas de Abreu**, matrícula nº 01581236, para incluir os valores pagos indevidamente a título de GAAJ (fevereiro a agosto/2013) e alterar o valor da devolução do 1/3 de férias, de modo a incluir na base de cálculo a GHAAJ (dezembro/2013), assegurando o ressarcimento integral ao erário do montante



devido, corretamente atualizado, garantindo à servidora, novamente, prazo para que possa exercer seu direito de defesa;

4) apure, para fins de ressarcimento ao erário, para os servidores que recebiam a Opção 40 horas e o ATS entre outubro/2009 e maio/2012, os valores pagos indevidamente decorrentes da incidência da Opção 40 horas sobre o ATS e vice-versa, causando efeito cascata e prejuízo ao erário de $4/9 \times$ percentual do ATS \times vencimento básico da jornada de 30 horas;

5) suspenda o pagamento do auxílio-alimentação ao servidor **Elieai Rodrigues Melo**, matrícula nº 01754416, que recebe a mesma parcela na Presidência da República, e apure os valores pagos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, salvo se o servidor comprovar que abriu mão dessa parcela na Presidência da República e ressarcir os valores percebidos indevidamente naquele órgão;

6) levante os valores não pagos aos servidores pela não inclusão da VPNI do art. 43 da Lei nº 4.426/2009 (rubrica 1393) na base de cálculo do adicional de férias;

7) justifique os pagamentos que vêm sendo realizados aos servidores listados no Quadro II (fl. 75) a título de auxílio-transporte e de indenização de transporte, esclarecendo se houve pagamentos concomitantes dessas duas parcelas. Caso a resposta seja afirmativa, deverá realizar os ajustes necessários, a fim de evitar o pagamento concomitante das mesmas, em cumprimento ao art. 107, § 2º, inciso IV, da LC nº 840/2011, bem como proceder ao levantamento dos valores pagos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário;

8) providencie o ressarcimento ao erário ou o pagamento aos servidores dos valores indevidamente pagos/não pagos a título de conversão de licença-prêmio em pecúnia (Quadro III, à fl. 80);

9) justifique o enquadramento dos servidores e pensionistas listados na Tabela IV (fl. 50) na Carreira Apoio às Atividades Jurídicas (atual Carreira dos Servidores da PGDF) ou, caso verifique a ilicitude da situação, reenquadre-os na carreira à qual pertenciam antes da entrada em vigor da Lei nº 2.715/2001, ou seja, a Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental (antiga Carreira de Administração Pública), dispensando-se a restituição do indébito, nos termos da Súmula de Jurisprudência TCDF nº 79;

10) altere a rubrica referente a horas-extras incorporadas devidas ao servidor **Agenor Alves Damasceno**, matrícula nº 00244368, uma vez que vem sendo paga como sendo VPNI Horas-Extras (Lei nº 2.056/1998, rubrica 1756), que ele não faz jus;

11) corrija o valor da VPNI Produtividade (4%), devida ao servidor **Idemilson de Sousa**, matrícula nº 00016373, para R\$



16,72 (R\$ 16,56 devidos em 1998, corrigidos em 1% pela Lei nº 3.172/2003);

12) quanto à pensão instituída pelo ex-servidor **Jorge Luiz Papadopolis Bottega**, matrícula nº 0102096X, altere, na tela CADPVT09 (base de cálculo da pensão), os valores das VPNI's Produtividade e Horas-extras para R\$ 16,16 e R\$ 420,78, respectivamente, exclua da base de cálculo da pensão o redutor de teto (Decisão nº 4.491/2012) e apure os valores pagos a maior ou a menor, observados o contraditório e a ampla defesa, para fins de ressarcimento ao erário ou pagamento aos beneficiários da pensão;

13) apresente documentos que comprovem que os ex-servidores **Antoninho Ferreira Lima**, matrícula nº 00117161, e **José Lopes de Oliveira**, matrícula nº 00173614, ocuparam o cargo/especialidade Agente de Portaria, tendo em vista que as beneficiárias das pensões instituídas por eles, **Emiliana Fernandes Lima**, matrícula nº 01083686, e de **Jovina Lopes Sales**, matrícula nº 00331694, respectivamente, percebem a Parcela Complementar PCAUPORT;

c) à DPDF que:

1) atualize no SIGRH o cadastro dos servidores cedidos (CADHCR31/CADHCR01);

2) justifique os valores referentes à parcela "Opção 40 horas" pagos aos servidores **Osmar Ferreira Barbosa**, matrículas nº 01098152 (DPDF) e nº 01415190 (SESDF), e **Célia Regina de Souza**, matrículas nº 01103792 (DPDF) e nº 01387421 (SESDF), ambos requisitados da SESDF, ou envie esforços junto à SESDF no sentido de corrigir a parcela "Opção 40 horas" e outras que estiverem com os valores deficitários, observando, se for o caso, o que dispõe a LC nº 840/2011, em seus arts. 154 e 155; caso se confirme que estão incorretos, realize o levantamento de todo o período, observada a prescrição quinquenal, efetuando eventuais compensações a menor ou a maior;

3) ajuste a indenização de transporte paga ao servidor **Wagner Rios Filho**, matrícula nº 02163748, ao que dispõe o Decreto nº 13.447/1991, alterado pelo Decreto nº 26.077/2005, bem como levante o montante pago (Resolução nº 36/2006) e o que é devido (Decreto nº 13.447/1991 c/c Decreto nº 26.077/2005), para fins de compensação e de reposição dos valores pagos indevidamente ao erário, tendo em conta que a referida Resolução nº 36/2006 não ampara o pagamento da indenização a comissionados sem vínculo;

4) providencie o ressarcimento ao erário ou o pagamento aos servidores dos valores indevidamente pagos/não pagos a título de conversão de licença-prêmio em pecúnia (Quadro IV, às fls. 80/81);

IV. determinar, ainda, à Secretaria de Estado de Administração Pública que:



- 1)** altere a fórmula da rubrica “Opção 40 horas” (1710), de modo a realizar o pagamento dessa parcela com base na jornada de trabalho da carreira dos servidores, conforme motivos expostos nos parágrafos 30 e 31 deste Relatório;
- 2)** altere a(s) fórmula(s) da(s) rubrica(s) do adicional de férias dos servidores ativos, para incluir na base de cálculo a VPNI do art. 43 da Lei nº 4.426/2009 (rubrica 1393);
- 3)** adapte o módulo de concessões e usufrutos de licença-prêmio no SIGRH, para permitir que o destino do saldo de LPA também seja cadastrado nesse Sistema (se contado em dobro para abono de permanência e/ou aposentadoria ou, ainda, convertido em pecúnia), expedindo ofício circular a todas as jurisdicionadas com as orientações sobre o modo de usar esse módulo, bem como exigindo o lançamento no SIGRH do destino de todo o saldo de licença-prêmio, quando do lançamento da conversão de LPA em pecúnia (rubrica 2034);
- 4)** expeça ofício circular, para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Distrital, informando quais rubricas devem ou não incidir na base de cálculo da conversão de licença-prêmio em pecúnia, uniformizando e aperfeiçoando os procedimentos de cálculo dos valores a serem pagos a título de conversão de licença-prêmio em pecúnia, se possível com a implantação no SIGRH de um módulo que calcule e lance na folha de pagamento os valores devidos;

V. dar ciência ao Governador do Distrito Federal do descumprimento do art. 135 da CRFB, bem como recomendar a adoção de providências para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sejam elaborados e encaminhados à CLDF projeto(s) de lei visando a adequar o sistema remuneratório das Carreiras Procurador do DF, Defensor Público do DF e Assistência Judiciária do DF (esta em extinção) ao disposto no art. 39, § 4º, da CRFB (remuneração por subsídio);

VI. informar às jurisdicionadas que os valores pagos indevidamente, salvo se houver disposição em contrário, devem ser apurados e ressarcidos ao erário, assegurando, previamente, o contraditório e a ampla defesa e observando os termos das Decisões TCDF nºs 6.657/2006 e 6.806/2007. Do mesmo modo, os valores a que servidores e pensionistas fazem jus, devem ser levantados e pagos;

VII. autorizar a remessa de cópia do Relatório de Auditoria à PGDF, à DPDF, à SEAP e ao Governador do DF, e dos documentos de fls. 38/50 à PGDF e à DPDF, para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas.

À consideração superior.

Brasília, 11 de abril de 2014.

Francisco Alves de Faria
Auditor de Controle Externo
Matrícula nº 282-8

Vilcemar Fernandes Maia Filho
Auditor de Controle Externo
Matrícula nº 1426-8